



SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DA GUARDA



11-03-2026

Relatório da Mesa Administrativa 2025



Índice

1. Órgãos Estatutários	4
2. Introdução	6
3. Enquadramento macroeconómico, externo, interno e do setor da Instituição	7
3.1. A Economia Mundial	7
3.2. A Economia Portuguesa	11
4. Análise da Atividade da Instituição	17
4.1. Rendimentos e Gastos	17
4.1.1. Administração	22
4.1.2. Igreja	22
4.1.3. Mortuária	22
4.1.4. Farmácia	22
4.1.5. Unidade de Cuidados Continuados	23
4.1.6. Lar na Guarda	23
4.1.7. Lar na Vela	24
4.1.8. Creche e Jardim de Infância	24
4.1.9. Centro de Atividades e Tempos Livres	24
4.1.10. Conservatório de Música de São José da Guarda	25
4.1.11. Análise Global	25
4.2. Ativo, passivo e situação líquida	25
4.3. Atividades de investigação e desenvolvimento	27
4.4. Principais riscos e incertezas	27
4.5. Questões ambientais	27
4.6. Questões relativas a trabalhadores	27
4.7. Existência de Sucursais	28
4.8. Situação perante a Segurança Social e Estado	28
4.9. Gestão de Riscos Financeiros	28
4.10. Negócios entre a Santa Casa da Misericórdia da Guarda e os seus Órgãos Sociais	28
4.11. Rácios	28
5. Factos Relevante ocorridos após o final do exercício	29
6. Evolução Futura	29



Santa Casa da Misericórdia da Guarda

7. Aplicação de Resultados 30



Santa Casa da Misericórdia da Guarda

1. Órgãos Estatutários

Em 31 de Dezembro de 2025

MESA da ASSEMBLEIA GERAL

Presidente: José António Fonseca de Carvalho (Irmão n.º 796)

1.º Secretário: Rita Maria Leitão da Cunha Vilar (Irmã n.º 870)

2.º Secretário: Alina Castanheira Marques Borges Soeiro (Irmã n.º 848)

Vogal Suplente: Paula Helena Saenz M. Carinhas Camilo (Irmã n.º 525)

Vogal Suplente: Paulo Jorge Guerra Barreiros (Irmão n.º 732)

Vogal Suplente: António Júlio Antunes (Irmão n.º 654)

MESA ADMINISTRATIVA

Provedor: Jorge Manuel Monteiro da Fonseca (Irmão n.º 396)

Vice-Provedor: Henrique José Baptista Pissarra Monteiro (Irmão n.º 378)

Secretário: Carla Raquel Fernandes Freire Monteiro (Irmã n.º 884)

Tesoureiro: José Manuel Gonçalves Marques (Irmão n.º 862)

Vogal: Marisa Santiago dos Santos (Irmã n.º 722)

Vogal: Goreti Maria dos Anjos Vicente (Irmã n.º 961)

Vogal Suplente: Maria Helena Pilão Ferreira (Irmã n.º 773)

Vogal Suplente: João Fernando Marques dos Santos (Irmão n.º 635)



Santa Casa da Misericórdia da Guarda

CONSELHO FISCAL

Presidente: Ana Cristina Gomes Vieira (Irmã n.º 936)

Vice-Presidente: António Júlio Gonçalves dos Santos (Irmão n.º 814)

Secretário: Teresa Lopes Jacinto Rodrigues (Irmã n.º 783)

Suplente: João Alberto Cabral Tomás (Irmão n.º 935)

Suplente: Artur Gonçalves Conde (Irmão n.º 975)

Suplente: Ricardo Manuel de Oliveira Leitão Malcatanho (Irmão n.º 698)



Santa Casa da Misericórdia da Guarda

2. Introdução

Nos termos do Compromisso da Santa Casa da Misericórdia da Guarda, apresentamos as contas e correspondente relatório do ano de 2025.

Na observância dos objetivos definidos no Compromisso e na sequência de anos anteriores, procurámos corresponder às necessidades das pessoas que vivem no meio onde nos inserimos e promover, em simultâneo, a melhoria da organização interna e a modernização técnica do seu funcionamento, evoluindo na promoção da eficiência e eficácia das ações desenvolvidas com o intuito de melhorar a qualidade de vida da população, não descurando a indispensável economia de meios.

Visando assegurar a melhor resposta aos mais desfavorecidos, na invalidez, na velhice, na juventude e na infância, continuámos o esforço de renovação e conservação das diversas respostas sociais.

No contexto atual de dificuldades económicas e sociais, que exige uma constante adaptação à mudança, destaco a colaboração dos trabalhadores que todos os dias ajudam a Santa Casa a executar da melhor forma todas as suas respostas sociais, bem como a colaboração de todos os Irmãos que contribuem de forma prestimosa para o cumprimento do nosso Compromisso.

O Provedor

(Jorge Manuel Monteiro da Fonseca)



3. Enquadramento macroeconómico, externo, interno e do setor da Instituição

3.1. A Economia Mundial

O ano de 2025 foi marcado por um contexto económico global de elevada resiliência apesar da persistência, do ruído político e da incerteza regulatória. A economia global demonstrou uma capacidade de adaptação extraordinária num contexto em que as finanças e, sobretudo, o comércio, com um aumento muito significativo das tarifas aduaneiras impostas pelos EUA, continuaram a ser utilizados como instrumentos ao serviço da gestão política. Como nos anos anteriores, as previsões foram revistas em alta durante o ano. Esse movimento foi sustentado pela redução da incerteza comercial, pela capacidade das famílias e das empresas de ajustar decisões de consumo e investimento, e pela flexibilização das condições financeiras por parte das autoridades monetárias. Nesse sentido, a política monetária assumiu um papel decisivo. Os principais bancos centrais iniciaram, e em alguns casos aprofundaram, a transição do ciclo restritivo para uma fase de calibração, ajustando as taxas de juro de forma seletiva em função da evolução dos preços. Este movimento ocorreu num contexto em que a inflação global seguiu uma trajetória de redução gradual, embora incompleta. Nas economias avançadas, aproximou-se das metas pretendidas, mas a componente subjacente manteve-se acima do objetivo, refletindo a rigidez nos serviços e a pressão salarial em setores com escassez de mão-de-obra. Nos mercados emergentes, a evolução foi mais volátil, condicionada por choques cambiais, custos de financiamento e vulnerabilidade aos preços das matérias-primas. Paralelamente, a política orçamental prosseguiu um processo de consolidação gradual após os estímulos massivos da pandemia e os pacotes de apoio à energia em 2022-2023. A redução dos défices ocorreu sem cortes abruptos, sobretudo nas economias desenvolvidas, garantindo um equilíbrio entre disciplina fiscal e preservação do crescimento, num contexto em que os governos procuraram manter espaço para investimento estratégico em áreas críticas como transição energética e digitalização. No plano geopolítico, 2025 confirmou a tendência de fragmentação, impulsionada por tensões estratégicas entre grandes blocos, conflitos regionais e regimes



Santa Casa da Misericórdia da Guarda

de sanções, o que contribuiu para manter elevados os receios sobre as cadeias de produção e de distribuição.

O ano de 2025 teve início com perspectivas de manutenção de um crescimento económico sólido, principalmente nos EUA, onde a expansão da atividade continuava a beneficiar da resiliência do mercado de trabalho e da confiança dos consumidores, enquanto os sinais de aceleração eram ténues na Área Euro e na China. As políticas defendidas pelo novo presidente norte-americano geraram maior incerteza quanto à trajetória da inflação, o que condicionou, em parte, a ação da Reserva Federal, que manteve as suas taxas diretoras inalteradas, contrastando com a nova redução, de 0,25 p.p., decretada pelo Banco Central Europeu. Este panorama favorável viria, contudo, a ser condicionado pela nova Administração dos EUA, liderada por Donald Trump, ao decretar um conjunto de medidas, em especial relacionadas com a imigração e a aplicação de tarifas sobre as importações, o que aumentou as tensões comerciais e os receios quanto ao seu impacto no crescimento económico. Além disso, a persistência da inflação em valores acima do objetivo da Fed, a incerteza acerca da política comercial e a perspectiva de cortes agressivos na despesa do governo federal penalizaram a confiança de empresários e famílias, o que se agravou em março, com o anúncio, pelo governo norte-americano, de imposição de tarifas sobre as importações numa magnitude superior à antecipada. Em paralelo, a Fed, condicionada pela ausência de progressos firmes na redução da inflação e pelo efeito esperado das novas taxas alfandegárias nos preços, manteve novamente as taxas diretoras inalteradas. Neste contexto, os mercados de ações evidenciaram perdas, com realce para o dos EUA. A dívida pública norte-americana apresentou uma valorização, mas a dívida das economias da Área Euro foi penalizada pelo anúncio, pela Comissão Europeia, de um plano significativo de investimento em defesa e segurança. No início de abril, Donald Trump, no “Dia da Libertação”, anunciou um aumento significativo das tarifas para um dos níveis mais elevados das últimas décadas, aprofundando a incerteza sobre o comércio internacional, o que justificou as quedas substanciais dos índices acionistas nos dias seguintes. Posteriormente, a Administração norte-americana declarou a suspensão por 90 dias das referidas taxas, o



Santa Casa da Misericórdia da Guarda

que possibilitou a recuperação parcial das perdas registadas. Em paralelo, as obrigações registaram ganhos, sendo de sublinhar a depreciação do dólar face às principais moedas mundiais, antes de em maio, as tensões comerciais terem recuado, com o acordo entre os EUA e a China para a diminuição substancial, ainda que temporária, das tarifas bilaterais. Apesar de a dinâmica permitir conter os riscos de um maior abrandamento, o crescimento global tem vindo a reduzir-se, pressionado pelo ambiente de incerteza. Os principais índices acionistas avançaram, aproximando-se dos máximos históricos. Em contraste, o mercado de dívida pública, sobretudo o norte-americano, foi penalizado pela aprovação, na Câmara dos Representantes de medidas orçamentais expansionistas e pela redução da notação de risco creditício dos EUA, com a dívida norte-americana a valorizar-se já em junho. De facto, apesar das preocupações com a sustentabilidade orçamental, o sentimento dos investidores revelou uma melhoria significativa, com a redução das tensões comerciais entre os EUA e a China, a possibilidade de novos acordos com outros países e a trégua entre o Irão e Israel. Os dados para a economia norte-americana surpreenderam pela positiva, evidenciando resiliência da atividade e uma inflação em queda. A Fed optou por manter as taxas inalteradas enquanto, na Europa, a inflação mais baixa permitiu que vários bancos centrais, incluindo o BCE, reduzissem as taxas de juro, o que não impediu, contudo, que a depreciação do dólar prosseguisse, tendo caído para o nível mais baixo face ao euro desde o verão de 2021. Em julho, com os acordos alcançados pela Administração norte-americana, entre os quais os celebrados com a União Europeia e o Japão, verificou-se alguma redução da incerteza, o que possibilitou a continuação da tendência de valorização da classe acionista. Para este contexto contribuiu, também, a aprovação no Senado dos EUA do "One Big Beautiful Bill Act" e o efeito relativamente contido, até ao momento, das tarifas sobre a inflação, tendo a classe acionista prolongado em agosto o movimento de valorização. O mercado de trabalho dos EUA revelou-se mais fraco que o esperado e os preços dos serviços e dos bens intermédios evidenciaram pressões em alta decorrentes das tarifas. No Simpósio anual de bancos centrais em Jackson Hole, o presidente da Reserva Federal reconheceu o contexto desafiante, tendo salientado que o equilíbrio dos riscos poderá justificar uma diminuição do grau de restritividade da política monetária. Esta dinâmica reforçou a



expectativa de uma moderação suave do crescimento económico. Na Área Euro, os títulos de dívida pública foram penalizados pela incerteza política em França, o que não impediu, no entanto, o euro de atingir um novo máximo de vários anos face ao dólar. Em setembro, sinais de arrefecimento no mercado de trabalho norte-americano e a expectativa de um impacto contido das tarifas nos preços levaram a Reserva Federal a recentrar-se no objetivo do pleno emprego. A instituição reduziu a taxa dos fed funds em 0,25 p.p., condicionando novos cortes à evolução do emprego e das pressões inflacionistas. Já o BCE manteve inalteradas as taxas diretoras, com alguns economistas a considerarem que o ciclo de cortes terá terminado e que o próximo movimento poderá ser de subida. Nos EUA, a ausência de acordo no Senado acerca do financiamento federal levou à paralisação do governo, o que resultou no encerramento de vários serviços públicos, incluindo a suspensão da publicação de diversos indicadores económicos. Ainda assim, foi divulgada a inflação de setembro, abaixo do esperado, e dados estaduais relativos ao desemprego refletiram uma desaceleração do mercado do trabalho, abrindo caminho para o segundo corte consecutivo, em 0,25 p.p., da taxa das fed funds pela Reserva Federal. A perspetiva de resiliência económica aliada à flexibilização da política monetária norte-americana e à redução das disputas comerciais internacionais, em simultâneo com o crescimento robusto e superior às expectativas dos lucros, impulsionou os mercados de ações, tendo os principais índices alcançado novos máximos históricos no mês de outubro. A atividade económica manteve sinais de resiliência em novembro, destacando-se novamente a melhoria das perspetivas para o crescimento global. Nos EUA, após o término da mais longa paralisação governamental, que durou 43 dias, a retoma gradual da divulgação dos indicadores oficiais revelou que as pressões inflacionistas permanecem contidas, enquanto a confiança dos consumidores foi penalizada pelos receios acerca do arrefecimento do mercado de trabalho, o que levou a Reserva Federal a anunciar uma terceira redução da taxa de juro diretora em dezembro, para o intervalo entre 3,50% e 3,75%. Na Área Euro, a revisão em alta do crescimento do PIB no 3º trimestre para 0,3% ilustra o desempenho resiliente do consumo privado e do investimento. A inflação permanece em torno do objetivo do BCE, e mantém-se a níveis persistentemente elevados nos serviços. Neste contexto, ganha força a expectativa



Santa Casa da Misericórdia da Guarda

de que o ciclo de descida dos juros de referência na Área Euro tenha chegado ao fim, e que estes permanecerão aos níveis atuais ao longo do ano de 2026. O euro retomou o movimento de apreciação face ao dólar, embora de forma contida e, nos mercados acionistas, vários índices de referência renovaram os respetivos máximos.

Fonte: Caixa Geral de Depósitos - https://www.cgd.pt/Site/CXA/Caixa-gestao-ativos/Economia-Mercados/Pages/Retrato_2025.aspx?srsId=AfmBOop_Jcp9n1owWwr_xVa0HSoB1C7WbeqHCx2ffBmOO3bhvcg1o8le".

3.2. A Economia Portuguesa

Em 2025, o PIB cresceu 1,9% em volume, após o aumento de 2,2% em 2024. A procura interna apresentou um contributo positivo para a variação anual do PIB, superior ao observado no ano anterior, verificando-se uma aceleração das despesas de consumo final. O contributo da procura externa líquida foi mais negativo em 2025, tendo as exportações de bens e serviços em volume desacelerado mais intensamente que as importações de bens e serviços.

Em termos nominais, o PIB aumentou 5,9% em 2025 (7,2% em 2024), atingindo cerca de 307 mil milhões de euros.

PRODUTO INTERNO BRUTO E PROCURA INTERNA, DADOS ENCADEADOS EM VOLUME (ANO DE REFERÊNCIA=2021)
TAXA DE VARIAÇÃO ANUAL, %



Figura 1 - Evolução do Produto Interno Bruto e Procura Interna



Santa Casa da Misericórdia da Guarda

Em 2025, o PIB cresceu 1,9% em volume, após o aumento de 2,2% em 2024. Em termos nominais, o PIB aumentou 5,9% em 2025 (7,2% em 2024), atingindo cerca de 307 mil milhões de euros. O deflator implícito do PIB desacelerou em 2025 para uma taxa de variação de 3,9%, após um crescimento de 4,9% em 2024.

COMPOSIÇÃO DA VARIAÇÃO EM VOLUME DO PIB					
	2021	2022	2023	2024	2025
Taxa de variação anual (%)					
Procura Interna	5,8	4,7	2,2	2,9	3,7
Exportações (FOB)	12,0	17,2	4,3	3,2	0,4
Importações (FOB)	12,3	11,3	2,3	4,7	4,2
PIB	5,6	7,0	3,1	2,2	1,9
Contributos para a taxa de variação do PIB (p.p.)					
Procura Interna	5,9	4,9	2,2	2,9	3,7
Procura Externa Líquida ¹	-0,3	2,1	0,9	-0,6	-1,8

¹ - Procura Externa Líquida (Exportações Líquidas de Importações)

- Eventuais diferenças resultam da não aditividade dos dados encadeados em volume e dos arredondamentos efetuados.

- 2021 a 2023: dados definitivos; 2024: dados provisórios; 2025: dados preliminares.

Figura 2 - Composição da Variação em Volume do PIB

A procura interna acelerou em 2025, passando de um contributo para a variação anual do PIB de 2,9 p.p., em 2024, para 3,7 p.p..

COMPONENTES DA PROCURA INTERNA (VOLUME)					
	2021	2022	2023	2024	2025
Taxa de variação anual (%)					
Procura Interna	5,8	4,7	2,2	2,9	3,7
Consumo Privado ¹	4,9	5,6	2,4	3,0	3,5
Consumo Público ²	3,8	1,7	1,8	1,5	1,7
Investimento	10,5	4,9	1,9	3,8	5,7

¹ - Despesas de Consumo Final das Famílias Residentes e das ISFLSF

² - Despesas de Consumo Final das Administrações Públicas

Figura 3 - Componentes da Procura Interna

O consumo privado (despesas de consumo final das famílias Residentes e das Instituições Sem Fim Lucrativo ao Serviço das Famílias) registou um crescimento de 3,5% em termos reais, acelerando 0,5 p.p. face a 2024. A despesa em bens não duradouros e serviços acelerou ligeiramente para 3,2% (3,1% em 2024), enquanto a componente de bens duradouros passou de um crescimento de 1,3% para 7,1% em 2025.



Santa Casa da Misericórdia da Guarda

DESPESAS DE CONSUMO FINAL DAS FAMÍLIAS RESIDENTES (VOLUME)

	2021	2022	2023	2024	2025
	Taxa de variação anual (%)				
Total	5,0	5,5	2,3	3,0	3,6
Bens duradouros	6,1	11,7	5,7	1,3	7,1
Bens não duradouros e serviços	4,9	4,9	2,0	3,1	3,2
Do qual:					
Bens Alimentares	2,7	-0,3	1,1	2,4	2,5

Figura 4 - Despesas de Consumo Final das Famílias Residentes

Em 2025, o consumo público (Despesas de Consumo Final das Administrações Públicas) acelerou em termos reais, registando uma taxa de variação de 1,7% (1,5% no ano anterior). Em termos nominais, registou um crescimento de 7,2% (8,1% em 2024).

O Investimento aumentou 5,7% em termos reais em 2025, após um crescimento de 3,8% registado no ano anterior. A formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) registou um aumento menos intenso face ao ano anterior (passando de 4,3% para 3,5%), enquanto a Variação de Existências apresentou um contributo de +0,4 p.p. para a variação anual do PIB (-0,1 p.p. em 2024). Por componentes da FBCF, a FBCF em Construção acelerou, aumentando 5,5% (3,0% no ano anterior) e a BC em Produtos de Propriedade Intelectual também acelerou, apresentando um crescimento de 5,0% (2,5% em 2024). Por sua vez, a FBCF em Equipamento de Transporte desacelerou, passando de um crescimento de 6,2% em 2024 para 2,1% em 2025. A FBCF em Outras Máquinas e Equipamentos diminuiu 1,3% em 2025, após o aumento de 8,4% observado em 2024.

FORMAÇÃO BRUTA DE CAPITAL FIXO (VOLUME)

	2021	2022	2023	2024	2025
	Taxa de variação anual (%)				
Total	7,8	3,3	6,0	4,3	3,5
Do qual:					
Equipamento de Transporte	6,9	8,7	20,7	6,2	2,1
Outras Máquinas e Equipamentos ¹	15,3	7,1	8,6	8,4	-1,3
Construção	6,6	0,9	4,5	3,0	5,5
Produtos de Propriedade Intelectual ²	4,3	5,5	2,7	2,5	5,0

¹ - Inclui Sistemas de Armamento; ² - Inclui Investigação e Desenvolvimento (I&D)

Figura 5 - Formação Bruta de Capital Fixo

A procura externa líquida apresentou um contributo mais negativo para a variação anual do PIB, passando de -0,6 p.p. em 2024 para -1,8 p.p. em 2025, com as Exportações de Bens e Serviços a registarem um abrandamento mais intenso que as Importações de Bens e



Santa Casa da Misericórdia da Guarda

Serviços. As Exportações de Bens e Serviços em volume aumentaram 0,4% em 2025, após um crescimento de 3,2% no ano anterior, refletindo evoluções similares na componente de bens e na componente de serviços. As Importações de Bens e Serviços desaceleraram para 4,2% em 2025 (4,7% em 2024), em resultado do crescimento menos intenso da componente de bens, que passou de 5,3% em 2024 para 4,6%, enquanto as importações de serviços aceleraram ligeiramente para 2,6% (2,3% em 2024).

EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES DE BENS (FOB) E SERVIÇOS (VOLUME)

	2021	2022	2023	2024	2025
	Taxa de variação anual (%)				
Exportações	12,0	17,2	4,3	3,2	0,4
Bens (FOB)	10,7	8,2	0,6	3,3	0,3
Serviços	15,7	40,2	11,7	3,2	0,4
Importações	12,3	11,3	2,3	4,7	4,2
Bens (FOB)	11,7	8,9	1,5	5,3	4,6
Serviços	15,1	22,9	5,9	2,3	2,6

Figura 6 - Exportações e Importações de Bens (FOB) e Serviços (Volume)

Em 2025, assistiu-se a um ganho dos termos de troca, embora menos expressivo que o observado nos dois anos anteriores. O deflator das Importações de Bens e Serviços registou uma taxa de variação de -1,0% (-2,4% no ano anterior) e o deflator das Exportações de Bens e Serviços aumentou 0,4% (0,9% em 2024).

EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES DE BENS (FOB) E SERVIÇOS (DEFLADORES IMPLÍCITOS)

	2021	2022	2023	2024	2025
	Taxa de variação anual (%)				
Exportações	7,2	14,6	1,2	0,9	0,4
Importações	8,3	18,5	-4,0	-2,4	-1,0
Termos de troca	-1,0	-3,4	5,5	3,3	1,5

Figura 7 - Exportações e Importações de Bens (FOB) e Serviços (Deflatores Implícitos)

Refletindo principalmente o ganho menos expressivo dos termos de troca, o deflator implícito do PIB desacelerou em 2025, para uma taxa de variação de 3,9% (4,9% no ano anterior). O deflator implícito da procura interna aumentou 3,2%, taxa próxima da observada em 2024 (3,3%), com o deflator das despesas de consumo final a registar uma variação de 3,1% (3,6% em 2024) e o do investimento, de 3,5% (2,4% em 2024).

Em termos nominais, o saldo externo de Bens e Serviços situou-se em 0,9% do PIB em 2025, inferior ao registado no ano precedente (2,0% do PIB).



Santa Casa da Misericórdia da Guarda

Em 2025, o VAB a preços base registou uma taxa de variação de 1,7% em volume, após um aumento de 2,1% em 2024. Para esta desaceleração destacou-se o comportamento do VAB da Agricultura, Silvicultura e Pesca, que diminuiu 2,8% em 2025 (crescimento de 4,8% em 2024), tendo apresentado um contributo de -0,1 p.p. (+0,1 p.p. em 2024) para a variação do VAB total (incluindo impostos líquidos de subsídios).

Em termos reais, os Impostos Líquidos de Subsídios sobre os Produtos aumentaram 3,0% em 2025 (3,2% no ano anterior).

VALOR ACRESCENTADO BRUTO, VOLUME (ANO DE REFERÊNCIA=2021)				
	2022	2023	2024	2025
	Taxa de variação anual (%)			
VAB total a preços base	6,9	3,1	2,1	1,7
Agricultura, Silvicultura e Pesca	-7,8	-2,0	4,8	-2,8
Indústria	3,6	-0,8	1,0	0,8
Energia, Água e Saneamento	-9,8	26,4	11,5	3,5
Construção	2,6	7,0	2,4	1,7
Comércio e Reparação de Veículos; Alojamento e Restauração	14,3	2,2	1,5	1,4
Transportes e Armazenagem; Informação e Comunicação	14,5	7,1	4,6	3,4
Atividades Financeiras, de Seguros e Imobiliárias	3,2	0,6	1,5	0,7
Outras Atividades de Serviços	7,9	3,5	1,3	2,4
Impostos líquidos de subsídios sobre os produtos	7,4	3,2	3,2	3,0

Figura 8 - Valor Acrescentado Bruto (VAB)

Fonte: Instituto Nacional de Estatística -
https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaques&DESTAQUESdest_boui=706214887&DESTAQUESmodo=2

3.3. O Setor Social

Em 2025, o setor da Economia Social em Portugal e na Europa consolidou-se como um pilar de resiliência, enfrentando um cenário de incerteza geopolítica e transição de prioridades políticas na União Europeia.

Resumo do Panorama em 2025

- **Contexto Macroeconómico:** O setor operou num ambiente de crescimento moderado da economia portuguesa, com o PIB a registar uma subida de 1,9% em 2025.



- **Revisão do Plano de Ação Europeu:** A Comissão Europeia realizou em julho de 2025 a revisão intercalar do Plano de Ação para a Economia Social, visando reforçar o papel de cooperativas, mutualidades, associações e fundações no desenvolvimento económico e social.
- **Estratégia Nacional:** Foi dada continuidade à criação de uma Estratégia Nacional para a Economia Social, uma iniciativa conjunta da OCDE e da CASES (Cooperativa António Sérgio para a Economia Social) para posicionar o setor como motor de crescimento.
- **Inovação e Transição Digital:** O setor focou-se no desenvolvimento de novas soluções para desafios sociais através da Estrutura de Missão Portugal (EMPIS), integrando-se nos objetivos de descarbonização e transição digital da União Europeia.

Indicadores e Impacto (Portugal)

- Embora os dados oficiais consolidados de 2025 ainda estejam a ser processados, a estrutura do setor mantém-se robusta com base nas tendências recentes:
- **Peso no VAB:** Representa aproximadamente 3,2% do Valor Acrescentado Bruto nacional.
- **Emprego:** Garante cerca de 5,9% do emprego remunerado em Portugal.
- **Instituições:** Existem mais de 73.800 entidades, abrangendo misericórdias, associações mutualistas e fundações.

Principais Tendências e Desafios

- **Habitação Acessível:** Em 2025, a economia social foi chamada a intervir de forma mais ativa na crise da habitação, com os preços das casas e rendas na UE a registarem subidas históricas.
- **Incerteza Política na UE:** Registou-se algum receio de perda de prioridade institucional para o setor, devido ao foco crescente da Comissão Europeia em defesa e resiliência industrial.



- **Atualização de Apoios:** O valor anual da Prestação Social para a Inclusão (PSI) foi atualizado em 2,6% para 2025, acompanhando o Indexante dos Apoios Sociais (IAS).

As perspetivas para a Economia Social em 2026 apontam para um ano de execução intensiva de fundos europeus e uma centralidade renovada no combate à crise da habitação, num contexto de crescimento económico moderado (previsto em 2,2% a 2,3% para Portugal).

O ano de 2026 será crítico para a absorção de fundos estruturais, com o Plano Anual de Avisos do PESSOAS 2030 já disponível para consulta.

- **Prioridades de Financiamento:** Foco em competências para a competitividade, inclusão social ativa e redução da pobreza.
- **Digitalização:** O setor deverá acelerar a transição digital interna para responder às exigências de simplificação administrativa impostas pela Comissão Europeia.

As medidas previstas no Orçamento do Estado para 2026 terão impacto direto nos custos e receitas das IPSS e associações:

- **Custos Salariais:** O salário mínimo nacional deverá subiu para 920 euros, aumentando a pressão sobre as grelhas salariais das instituições de economia social.
- **Receitas e Apoios:** O Complemento Solidário para Idosos subiu 40 euros, o que pode aliviar a pressão sobre as famílias que recorrem a serviços de apoio social.

4. Análise da Atividade da Instituição

4.1. Rendimentos e Gastos

A Santa Casa continua a apresentar uma estrutura financeira e económica saudável, pese embora que o ativo corrente (1.322.234,96 Euros) é ligeiramente inferior ao passivo corrente (1.634.835,32 Euros) situação que revela alguma perda de capacidade de honrar os compromissos de curto prazo.



Santa Casa da Misericórdia da Guarda

O resultado líquido, no período de 2025, foi negativo em 287.800,13 Euros, melhorando o resultado obtido no período de 2024, também negativo de 490.080,08 Euros. Os resultados negativos obtidos, menos negativos do que o ano passado, resultam, sobretudo, do aumento da Rubrica Vendas e Prestações de Serviços, por via do aumento desta rubrica nas Valências Sociais, mais especificamente nos Lares, aumentando 650.814,29 Euros, 13,57% em termos relativos, no ano de 2025, face a 2024, e da diminuição da rubrica Juros e Gastos Similares Suportados que diminuíram 43.269,22€ em 2025, face a 2024.

Os gastos do ano de 2025 ascendem a 6.001.969,80 €, (contra 5.572.714,26 Euros verificados em 31-12-2024), facto que significa um aumento de 429.255,54 Euros, face a igual período do ano de 2024 devido essencialmente à rubrica Gastos com o Pessoal, com um aumento de 428.925,97€ face ao ano de 2024.

Ainda nos gastos, as rubricas de maior significado correspondem aos “Gastos com o Pessoal” (60,80% do total dos gastos), cujo valor ascende a 3.649.459,53 Euros (mais 428.925,97 Euros do que em 2024, representando um aumento de 13,32%, tal como atrás referido), o “Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias consumidas” no valor de 1.095.897,13 Euros (18,26% do total dos gastos) e que representa um aumento de 20.582,93 Euros face ao verificado em 2024. Outra componente significativa dos gastos é representada pelos “Fornecimentos e Serviços Externos” no valor de 820.251,73 Euros (13,67% do total dos gastos) e que, face a 2024, apresenta uma diminuição de 16.974,11 Euros, resultando numa diminuição de 2,03% em termos relativos.

No “Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas” encontram-se incluídos 536.602,63 Euros que correspondem ao Custo das vendas da farmácia (contra 501.119,83 Euros verificados em 2024), sendo que as vendas da farmácia totalizam, em 2025, 735.964,00 Euros contra 666.429,77 Euros verificados em 2024, verificando-se um aumento de 10,43%.



Santa Casa da Misericórdia da Guarda

Ao nível dos rendimentos e ganhos são de destacar as receitas obtidas associadas ao débito aos utentes das mensalidades e comparticipações obtidas de organismos oficiais no âmbito dos acordos existentes e que somam 4.757.926,94 Euros (contra 4.175.207,25 Euros verificados em 2024), representando um aumento de 13,96%.

Os rendimentos obtidos associados a arrendamentos atingem o montante de 104.591,08 Euros em 2025, quando no ano de 2024 foram de 100.988,26 Euros, verificando-se assim um aumento de 3.602,82 Euros (3,57%).



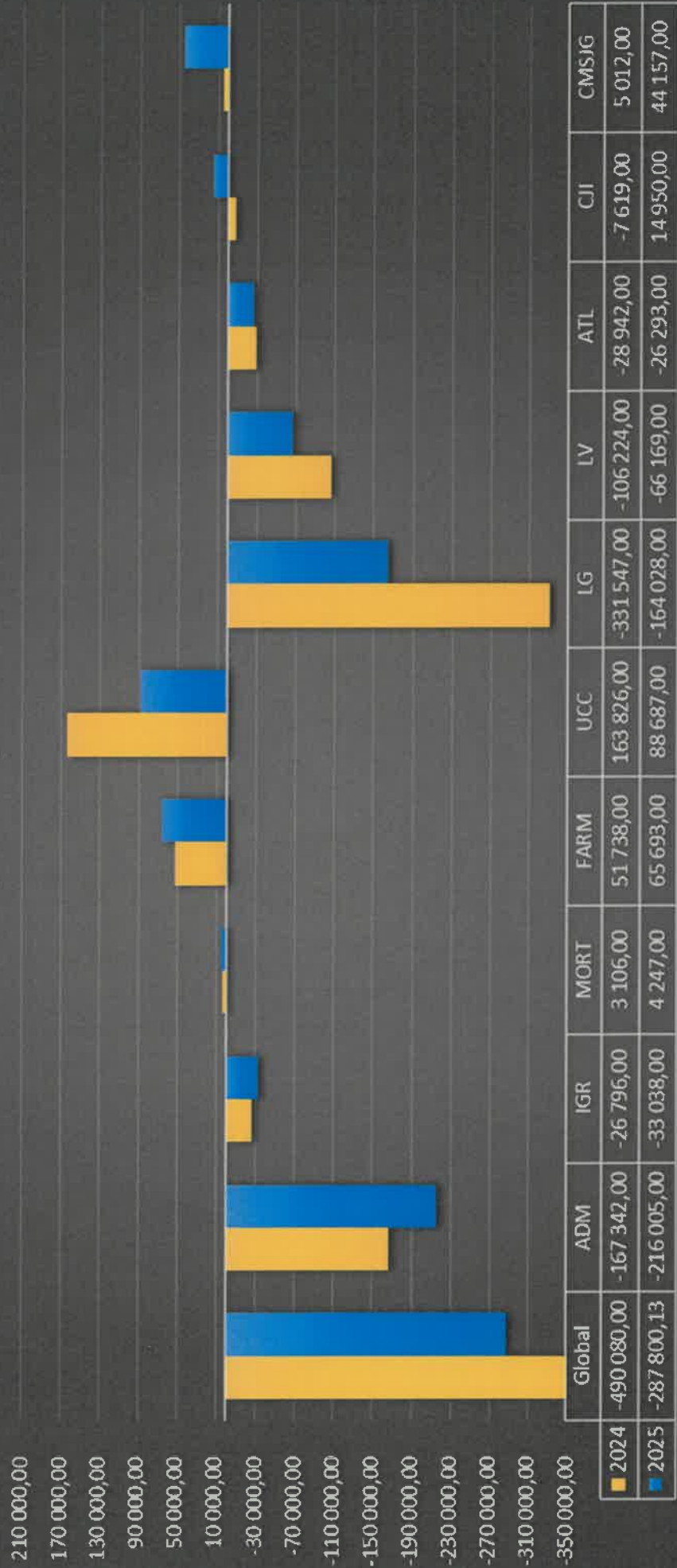
Santa Casa da Misericórdia da Guarda
Resultados Por Valência

CONTAS DE GERÊNCIA POR VALÊNCIA 2025

CONTAS	GLOBAL	ADM	IGR	MORT	FARM	UCC	LG	LV	CJI	ATL	CMSJG
Vendas e serviços prestados	5 436 183	8 043	200	5 000	735 964	1 446 124	993 238	1 087 241	378 323	110 385	671 666
Subsídios, doações e legados à exploração	57 702	9 933	0	0	0	2 051	9 072	3 069	8 577	0	25 000
Variação nos inventários da produção	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Trabalhos para a própria entidade	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Custos das mercadorias vendidas e das matérias cons	-1 095 897	-204	0	0	-536 603	-212 076	-125 320	-165 098	-34 736	-21 540	-321
Fornecimentos e serviços externos	-820 252	-81 115	-29 810	-753	-8 951	-192 659	-182 321	-200 884	-56 684	-21 854	-45 222
Gastos com o pessoal	-3 649 460	-210 279	-21 351	0	-120 202	-890 590	-684 914	-771 588	-266 447	-81 133	-602 955
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	-15 265	0	0	0	0	-14 923	-66	-9	-107	-159	0
Provisões (aumentos/reduções)	-33 082	0	0	0	0	-6 888	-24 990	5 264	-6 468	0	0
Provisões específicas (aumentos/reduções)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Outras imparidades (perdas/reversões)	-2 188	-2 188	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Aumentos/reduções de justo valor	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Outros rendimentos e ganhos	218 475	107 682	24 465	0	3 690	6 755	73 684	1 523	144	111	420
Outros gastos e perdas	-25 233	-4 670	0	0	-7 260	-2 780	-3 652	-6 705	-166	0	0
Resultado antes de depreciações, gastos de finan	70 983	-172 798	-26 496	4 247	66 638	135 015	54 730	-47 186	22 436	-14 190	48 587
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-300 768	-44 458	-6 543	0	-945	-46 327	-159 386	-18 983	-7 486	-12 103	-4 526
Resultado operacional (antes de gastos de financi	-229 774	-217 255	-33 038	4 247	65 693	88 687	-104 656	-66 169	14 950	-26 293	44 062
Juros e rendimentos similares obtidos	1 811	1 369	0	0	0	0	347	0	0	0	95
Juros e gastos similares suportados	-59 837	-119	0	0	0	0	-59 718	0	0	0	0
Resultados antes de impostos	-287 800	-216 005	-33 038	4 247	65 693	88 687	-164 028	-66 169	14 950	-26 293	44 157
Imposto sobre o rendimento do período	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Resultado líquido do período	-287 800	-216 005	-33 038	4 247	65 693	88 687	-164 028	-66 169	14 950	-26 293	44 157



Evolução dos Resultados Líquidos por Valência 2024 e 2025



■ 2024 ■ 2025



4.1.1. Administração

A administração tem, essencialmente, como proveitos, as rendas de edifícios e terrenos, os juros dos depósitos a prazo e as quotizações dos irmãos. Como custos, são de destacar, os Gastos com o Pessoal dos Serviços Administrativos e os Fornecimentos e Serviços Externos inerentes aos mesmos serviços. No ano em análise, verificou-se um aumento dos resultados negativos, perfazendo 216.005,15€, em 2025, essencialmente devido ao aumento da Rubrica Gastos com o Pessoal, como consequência do aumento de alguns salários neste departamento, para além do elenco dos Serviços Administrativos voltar a ter 6 elementos.

4.1.2. Igreja

A Igreja tem como receita as esmolas e como principais despesas os Gastos com o Pessoal e com o aquecimento da Igreja. O resultado de 2025, nesta valência, é deficitário em 33.038,44 Euros, mais 6.242,78 Euros, de prejuízo, em relação ao resultado do ano de 2024. A explicação desta diminuição dos resultados é o aumento dos Fornecimentos e Serviços Externos em 11.049,28€.

4.1.3. Mortuária

A Mortuária tem como principal receita a utilização das próprias instalações e como principais custos a água e a eletricidade e apresenta um resultado positivo, em 2025, de 4.246,82 Euros.

4.1.4. Farmácia

As vendas da Farmácia em 2025 perfizeram a 735.964,00 Euros, verificando-se um aumento de 10,43% relativamente a 2024. Os Custos das Mercadorias vendidas foram de 536.602,63 Euros e os Gastos com o Pessoal foram de 120.202,14 Euros, apresentando esta última rubrica um aumento de 20.655,04 Euros, em relação a 2024. O lucro da Farmácia, em 2025, foi de 65.693,03 euros, tendo aumentado 26,97% relativamente a 2024.



4.1.5. Unidade de Cuidados Continuados

A rubrica Prestações de Serviços, em 2025, fez o valor de 1.446.123,69 Euros, contrastando com o valor de 2024, que foi de 1.407.694,48 Euros, tendo tido um aumento de 2,73%. Quanto aos custos, são de destacar os Gastos com o Pessoal no valor de 890.590,03 Euros, aumentando, em relação a 2024, em 12,00%, os Custos das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas com 212.075,78 Euros e os Fornecimentos e Serviços Externos com 192.658,87 Euros. O lucro, em 2025, desta valência, foi de 88.687,12 Euros, sendo que, em 2024, esse resultado foi de 163.826,15 Euros, verificando-se uma diminuição do resultado em 45,87%. Esta diminuição dos resultados justifica-se pelo aumento da Rubrica Gastos com o Pessoal, da constituição de imparidade de dívidas a receber, no valor de 14.923,09 Euros e da constituição de uma provisão para um processo, no tribunal de trabalho, com Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços de Portugal, no valor de 6.888,00 Euros.

4.1.6. Lar na Guarda

Passado que foi o ano de arranque desta valência, no que diz respeito às novas Instalações, o número de utentes aumentou, 59 em 2025 face a 54 utentes em 2024, os resultados desta valência melhoraram, passando de 331.547,65 Euros negativos, em 2024, para 164.027,71 Euros negativos em 2025, recuperando 167.519,94 Euros no espaço de um ano. As Vendas e Prestações de Serviços foram de 993.237 Euros, em 2025, face a 731.976,06 Euros, em 2024, que correspondem a um aumento de 35,69% em termos relativos, como consequência do aumento do número de utentes e da atualização das mensalidades. Quanto aos gastos, são de destacar os Gastos com o Pessoal com 684.914,49 Euros que significaram um aumento de 21,96%, em relação a 2024, onde foram de 561.582,26 Euros, os Fornecimentos e Serviços Externos com 182.320,62 Euros, diminuíram 2.551,19 Euros e os Custos das Mercadorias Vendidas, no ano de 2025, foram de 125.319,86 Euros, mantendo-se praticamente inalterado relativamente ao ano anterior. No ano de 2025 é de destacar a diminuição da rubrica juros e gastos similares suportados, relativos ao empréstimo da empreitada do Lar na Guarda, diminuíram 43.248,66 Euros, situando-se, em 2025, em 59.718,04 Euros.



4.1.7. Lar na Vela

Com uma média anual de 83 utentes, as Vendas, Prestações de Serviços e Subsídios, Doações e Legados à Exploração do Lar na Vela, em 2025, perfizeram 1.090.309,77 Euros, ou seja, mais 145.220,89 Euros do que no ano de 2024, representando um aumento de 15,37%. No que diz respeito aos custos, são de destacar os Gastos com o Pessoal no valor de 771.587,77 Euros o que representa um aumento, em termos relativos de 14,79%, em relação a 2024, ano em que totalizou o valor de 672.164,44 Euros. Os Fornecimentos e Serviços Externos, no valor de 200.883,54 Euros, tiveram um aumento de 13,73% e os Custos das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas, em 2025, totalizaram o valor de 165.097,81 Euros, representando uma diminuição de 7,45%. Em 2025, o Lar na Vela teve um resultado líquido negativo de 66.169,09 Euros, representando uma diminuição dos resultados negativos em 40.055,32 Euros face ao ano de 2024.

4.1.8. Creche e Jardim de Infância

A Creche e Jardim de Infância apresenta, em 2025, um saldo positivo de 14.950,04 Euros, tendo aumentado, no sentido positivo, em 296,20%, relativamente a 2024. Esse resultado deve-se essencialmente ao aumento da rubrica Vendas e Serviços Prestados, que aumentou 87.911,44 Euros face a 2024. A rubrica Gastos com o Pessoal aumenta por via da atualização das tabelas salariais e também como consequência do aumento do Salário Mínimo Nacional, assim como à progressão na carreira das Educadoras de Infância, aumentou em 2025, comparativamente a 2024, em 39.401,47 Euros.

4.1.9. Centro de Atividades e Tempos Livres

O Centro de Atividades e Tempos Livres apresenta, em 2025, um prejuízo de 26.293,42 Euros, representando um diminuição dos resultados negativos em 9,15%, em relação a 2024, ano em que o resultado negativo foi de 28.941,78 Euros. Esta diminuição do resultado líquido negativo, justifica-se, essencialmente, pela diminuição dos Custos das Mercadorias Vendidas e Matéria Consumidas, que desceram 4.415,74 Euros e os Fornecimentos e Serviços Externos que baixaram 7.392,92 Euros.



4.1.10. Conservatório de Música de São José da Guarda

O Conservatório, no ano de 2025, viu o seu resultado líquido aumentar em 39.144,34 Euros, passando dos 5.012,33 Euros positivos, verificados em 2024, para os 44.156,67 Euros positivos em 2025. Este aumento dos resultados, em grande parte, justifica-se pelo aumento das vendas e Prestações de Serviços em 78.635,57 Euros face ao ano de 2024.

4.1.11. Análise Global

Fazendo uma análise global às contas da Santa Casa da Misericórdia da Guarda, pode-se concluir que os resultados líquidos verificados em 2025, com um valor negativo de 287.800,13 Euros, em comparação aos resultados negativos de 2024, no valor de 490.080,08 Euros, registam uma recuperação que se deve, em grande parte, ao aumento da rubrica Vendas e Serviços Prestados, que aumentou, entre os dois anos em análise, em 650.814,29 Euros. No sentido contrário surge a rubrica Gastos com o Pessoal que aumentou 428.925,97 Euros. Este efeito é visível no EBITDA (Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e imposto) que passou de negativo em 2024, no montante de 79.961,07€, para positivo, em 2025, de 70.983,46 €.

4.2. Ativo, passivo e situação líquida

A Rubrica créditos a receber, que representa a dívida de clientes e utentes, apresenta em 2025 o valor de 109.824,44 Euros e representa um aumento de 29.618,72 Euros, em termos absolutos, e 36,93%, em termos relativos, face ao verificado em 2024.

A Rubrica “Outros ativos correntes” apresenta um saldo de 639.918,47 Euros, menos 314.575,09 Euros face a 2024, essencialmente como resultado do encerramento do programa PARES (ver conta 278154), que tinha um valor a receber de 334.793,81 Euros, em 2024, tendo um saldo nulo em 2025.



Santa Casa da Misericórdia da Guarda

Quanto aos meios financeiros líquidos, em 2025, perfazem 359.661,25 Euros e aumentaram 95.219,63 Euros em relação a 2024.

No que diz respeito ao Ativo não corrente este está registado por um valor de 7.071.561,70 Euros, tendo diminuído em 260.596,49 Euros comparativamente a 2024, apresentando uma diminuição relativa de 3,54%, como consequência das depreciações do exercício.

Ao nível do passivo corrente este passou de 1.478.473,00 Euros, em 2024, para 1.634.835,32 Euros em 2025, essencialmente devido ao aumento da rubrica Outros Passivos Correntes, em consequência do aumento da estimativa das férias vencidas em 2025 no valor de 483.544,36 Euros, face ao valor de 412.581,01 Euros, em 2024.

O Total dos Fundos Patrimoniais passou de 5.616.774,32 Euros em 2024, para 5.177.790,84 Euros em 2025, essencialmente devido ao Resultado Líquido do Período no valor de 287.800,13 Euros negativos e da imputação de subsídios ao investimento e da regularização da situação do programa PARES que fez diminuir as outras variações nos fundos patrimoniais.

Participações Financeiras

A Santa Casa da Misericórdia detém, registadas ao custo histórico menos imparidades, as seguintes participações:

- 6.943,03 Euros no Banco Português de Gestão;
- 59,86 Euros na TVI, SA;
- 500,00 Euros na Cooprofar Farmácia - Cooperativa dos Proprietários de Farmácia;
- 200,00 Euros na Farminveste 2 SGPS, Unipessoal, Lda.



4.3. Atividades de investigação e desenvolvimento

A Santa Casa da Misericórdia da Guarda não tem vindo a efetuar atividades relacionadas com investigação e desenvolvimento.

4.4. Principais riscos e incertezas

A atividade da Santa Casa da Misericórdia da Guarda está diretamente dependente das políticas do Estado no âmbito dos Ministérios da Solidariedade e Segurança Social, da Educação e da Saúde, tanto sob a perspetiva económica como financeira. A existência de financiamentos contratados irá impender sobre o ano de 2025 uma vez que se encontra em curso o pagamento do empréstimo relativo às obras de remodelação do lar na Guarda.

Temos boas notícias quanto ao Lar na Guarda, uma vez que foram protocoladas a totalidade das 75 camas, o que representa uma acréscimo de receita mensal para a Instituição, pelo que estamos convictos de que a Misericórdia está em condições de superar a situação de restrição provocada pelo investimento relativo às obras do Lar na Guarda, sendo expectável algumas alterações, positivas, significativas, em 2026, face ao verificado em 2025, uma vez que o protocolo se reflete a partir de outubro de 2025.

4.5. Questões ambientais

A Santa Casa da Misericórdia da Guarda cumpre a legislação aplicável ao seu sector, designadamente no que respeita ao cumprimento de normas ambientais. No que diz respeito ao serviço de tratamento de resíduos sólidos hospitalares perigosos, o mesmo é assegurado pela empresa SUCH – Serviço de Utilização Comum dos Hospitais.

4.6. Questões relativas a trabalhadores

Os Recursos Humanos da Santa Casa da Misericórdia da Guarda encontram-se afetos à Instituição em cumprimento da convenção coletiva de trabalho aplicável ao seu sector e em obediência às normas gerais previstas pelo Código do Trabalho. A política salarial é definida pela Exma. Mesa Administrativa tendo por base o cumprimento do normativo legal e o desempenho verificado.



Santa Casa da Misericórdia da Guarda

4.7. Existência de Sucursais

A Santa Casa da Misericórdia Guarda não dispõe de qualquer sucursal ou filial.

4.8. Situação perante a Segurança Social e Estado

A Santa Casa da Misericórdia da Guarda não apresenta qualquer dívida perante o Estado Português, designadamente no que se refere à Segurança Social e à Autoridade Tributária, apresentando a situação contributiva devidamente regularizada.

4.9. Gestão de Riscos Financeiros

A existência de riscos financeiros será sempre uma situação importante em qualquer entidade. Contudo, considerando que financeiramente a Santa Casa da Misericórdia da Guarda não depende de terceiros e que as entidades clientes apresentam situação financeira estável. A entidade dispõe de condições financeiras adequadas para cumprir os seus compromissos de curto, de médio e longo prazo.

4.10. Negócios entre a Santa Casa da Misericórdia da Guarda e os seus Órgãos Sociais

Não se verificaram negócios entre a Instituição Particular de Solidariedade Social e os seus Órgãos Sociais.

4.11. Rácios

Autonomia Financeira = Fundos Patrimoniais/Ativo = 0,62

O ativo da Santa Casa da Misericórdia da Guarda encontra-se a ser financiado por capitais próprios da Instituição em 62%, o que revela uma boa autonomia financeira por parte da mesma.

Solvabilidade Geral = Fundos Patrimoniais/Passivo= 1,61

A Instituição tem uma ótima solvabilidade, ou seja, capacidade de solver as suas obrigações.



Santa Casa da Misericórdia da Guarda

Prazo Médio de Recebimentos = 7 dias

O prazo médio de recebimento das Vendas e Prestações de Serviços da Misericórdia é de 7 dias.

Prazo Médio de Pagamentos = 110 dias

O prazo médio de pagamentos foi, no ano de 2025, de 110 dias.

5. Factos Relevante ocorridos após o final do exercício

Não existem factos ocorridos após o termo do exercício que impliquem referência adicional ou justifiquem informação/alteração das Demonstrações Financeiras.

6. Evolução Futura

No próximo exercício pretende-se continuar a modernização das condições da Instituição e melhorar as condições a todos os utentes da Instituição.

De acordo com as regras de boa gestão que sempre são seguidas, permanecerá o esforço de contenção de custos e aposta na otimização dos recursos já existentes, procurando obter sinergias entre as valências da Instituição.

Contudo, no atual contexto económico, embora nos debatamos com escassez de recursos, considerando igualmente os cortes que têm sido efetuados no setor social pelo Estado em função das suas políticas restritivas e transversais a todos os setores da sociedade, tudo faremos para manter as respostas sociais e outras da Instituição nos atuais padrões, assim como nos mantermos como uma Instituição de referência do distrito.



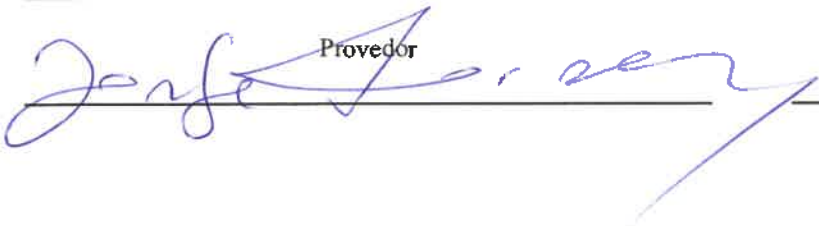
Santa Casa da Misericórdia da Guarda

7. Aplicação de Resultados

Considerando que a Santa Casa da Misericórdia da Guarda encerrou as contas relativas a 2025 com Resultado Líquido negativo, no montante de 287.800,13 Euros (duzentos e oitenta e sete mil oitocentos euros e treze cêntimos), propõe-se que o referido Resultado Líquido seja integrado na conta "Resultados Transitados".

O Provedor

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 DEZ 2025	31 DEZ 2024
ACTIVO			
Activo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	3, 7	7 025 357,00	7 283 450,09
Bens do património histórico e artístico e cultural	3, 7	0,00	0,00
Ativos intangíveis	3, 6	19 951,93	19 951,93
Investimentos financeiros	3, 16.1	26 252,77	28 756,17
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
		7 071 561,70	7 332 158,19
Activo corrente			
Inventários	3, 10	162 165,59	140 998,79
Créditos a receber	3, 16, 3	109 824,44	80 205,72
Estado e Outros Entes Públicos	3, 16.10	20 233,96	20 750,13
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	3, 16, 2	19 633,50	16 621,50
Diferimentos	3, 16, 5	10 797,75	5 091,41
Outros ativos correntes	3, 16, 4	639 918,47	954 493,56
Caixa e depósitos bancários	3, 4, 16, 7	359 661,25	264 441,62
		1 322 234,96	1 482 602,73
Total do ativo		8 393 796,66	8 814 760,92
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	2, 16.8	5 290 114,00	5 290 114,00
Excedentes técnicos		0,00	0,00
Reservas		0,00	0,00
Resultados transitados	2, 16.8	-2 474 190,79	-1 984 051,21
Excedentes de revalorização		0,00	0,00
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais	2, 16.8	2 649 667,76	2 800 791,61
		5 465 590,97	6 106 854,40
Resultado líquido do período		-287 800,13	-490 080,08
Total dos fundos patrimoniais		5 177 790,84	5 616 774,32
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	3, 12	38 346,00	5 264,42
Provisões específicas		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		1 542 824,50	1 714 249,18
Outras dívidas a pagar		0,00	0,00
		1 581 170,50	1 719 513,60
Passivo corrente			
Fornecedores	3, 16, 9	354 821,12	317 360,90
Estado e Outros Entes Públicos	3, 16, 10	178 217,68	149 791,55
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Financiamentos Obtidos	3, 16, 7	171 424,68	171 424,68
Diferimentos	3, 16, 5	385 621,52	364 968,16
Outros passivos correntes	3, 16, 11	544 750,32	474 927,71
		1 634 835,32	1 478 473,00
Total do passivo		3 216 005,82	3 197 986,60
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		8 393 796,66	8 814 760,92

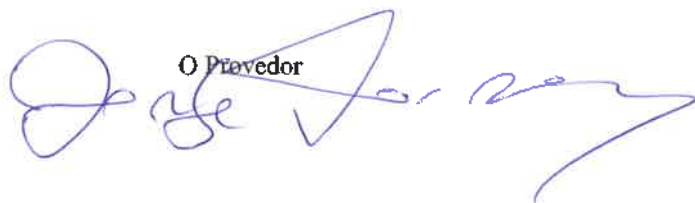

Provedor


Contabilista Certificado

Santa Casa da Misericórdia da Guarda
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
Moeda

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2025	2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de Clientes e Utentes	3, 16	5 590 440,19 €	4 841 449,84 €
Pagamentos de subsídios			
Pagamentos de apoios			
Pagamentos de bolsas			
Pagamentos a fornecedores	3, 16	- 1 959 936,89 €	- 2 013 012,76 €
Pagamentos ao pessoal	3, 14, 16	- 3 559 189,95 €	- 3 222 362,64 €
Caixa gerada pelas operações		71 313,35 €	-393 925,56 €
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento			
Outros recebimentos/pagamentos	3, 16	25 227,57 €	248 575,75 €
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		96 540,92 €	-145 349,81 €
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis	3, 6, 7	- 30 794,26 €	- 371 061,42 €
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros			- €
Outros ativos			
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis			
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros			- €
Outros ativos			
Subsídios ao investimento	3,13	260 507,57 €	320 686,39 €
Juros e rendimentos similares	16	1 463,98 €	311,71 €
Dividendos			
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		231 177,29 €	-50 063,32 €
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		- €	- €
Realização de fundos			
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamentos			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos	3,16	- 171 424,68 €	- 171 424,68 €
Juros e gastos similares	3,16	- 61 073,90 €	- 97 177,60 €
Dividendos			
Redução de fundos			
Outras operações de financiamento			
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		-232 498,58 €	-268 602,28 €
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		95 219,63 €	-464 015,41 €
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		264 441,62 €	728 457,03 €
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4, 16	359 661,25 €	264 441,62 €

O Provedor



O Contabilista Certificado



DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Moeda: EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2025	2024
Vendas e Serviços prestados	3, 11	5.446.182,80	4.795.368,51
Subsídios, doações e legados à exploração	3, 13, 16.1	47.701,52	47.194,34
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	3, 10	-1.095.897,13	-1.075.314,20
Fornecimentos e serviços externos	3, 16.14	-820.251,73	-837.225,84
Gastos com o Pessoal	3, 14	-3.649.459,53	-3.220.533,56
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	3, 16.3	-15.264,55	-4.511,64
Provisões (aumentos/reduções)	3, 12	-33.081,58	-5.264,42
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		-2.188,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor	3	0,00	0,00
Outros rendimentos	3, 16.15	218.474,56	239.759,62
Outros gastos	3, 16.1, 16	-25.232,90	-19.433,88
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		70.983,46	-79.961,07
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	3, 6, 7	-300.757,73	-307.324,85
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-229.774,27	-387.285,92
Juros e rendimentos similares obtidos	3, 16.17	1.810,79	311,71
Juros e gastos similares suportados	3, 16.17	-59.836,65	-103.105,87
Resultados antes de impostos		-287.800,13	-490.080,08
Imposto estimado para o período	3	0,00	0,00
Resultado líquido do período		-287.800,13	-490.080,08

Provedor

Contabilista Certificado



Santa Casa da Misericórdia da Guarda

Anexo

31 de dezembro de 2025

Índice

1	Identificação da Entidade.....	4
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	4
2.1	Indicação e justificação das disposições da normalização contabilística para as entidades do setor não lucrativo (ESNL) que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.	5
2.2	Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior:	5
3	Principais políticas contabilísticas.....	5
3.1	Bases de Apresentação	5
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração	7
3.3	Principais pressupostos relativos ao futuro	17
3.4	Principais fontes de incerteza das estimativas	17
3.5	Alterações nas estimativas contabilísticas: indicação do efeito no período corrente e em períodos futuros:	17
3.6	Correção de erros de períodos anteriores: indicação da natureza do erro material e dos seus impactos nas demonstrações financeiras do período:	17
3.7	Alterações nas políticas contabilísticas: indicação da natureza e efeitos da alteração na política contabilística e, no caso de aplicação voluntária, das razões pelas quais a aplicação da nova política contabilística proporciona informação fiável e mais relevante.....	17
4	Fluxos de Caixa	18
5	Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:.....	18
6	Ativos Fixos Tangíveis.....	18
7	Ativos Intangíveis	22
8	Custos de Empréstimos Obtidos	24
9	Agricultura	25
10	Inventários	25
11	Rédito	26
12	Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes	27
13	Subsídios do Governo e apoios do Governo	28
14	Benefícios dos empregados	29
15	Divulgações exigidas por outros diplomas legais.....	31

16	Outras Informações.....	31
16.1	Investimentos Financeiros	31
16.2	Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	31
16.3	Clientes e Utentes	32
16.4	Outras contas a receber	32
16.5	Diferimentos	33
16.6	Outros Ativos Financeiros	33
16.7	Caixa e Depósitos Bancários	33
16.8	Fundos Patrimoniais.....	33
16.9	Fornecedores	34
16.10	Estado e Outros Entes Públicos.....	34
16.11	Outras Contas a Pagar	34
16.12	Outros Passivos Financeiros.....	35
16.13	Subsídios, doações e legados à exploração	35
16.14	Fornecimentos e serviços externos.....	36
16.15	Outros rendimentos	36
16.16	Outros gastos	36
16.17	Resultados Financeiros.....	37
16.18	Instrumentos financeiros mensurados ao justo valor	37
16.19	Quantia escriturada de ativos financeiros dados em garantia, penhor ou promessa de penhor e termos e condições relativos à garantia, penhor ou promessa de penhor	37
16.20	Dívidas da entidade reconhecidas à data do balanço:.....	38
16.21	Ajustamentos de valor reconhecidos no período para cada natureza de instrumentos financeiros não mensurados ao justo valor.	38
16.22	Dívidas à entidade reconhecidas à data do balanço e cuja duração residual seja superior a um ano:	38
16.23	Dívidas da entidade reconhecidas à data do balanço e cuja duração residual seja superior a um ano:	39
16.24	Operações contratadas pela entidade com partes relacionadas:	39
17	Acontecimentos após data de Balanço.....	39
18	Outras divulgações.....	40



1 Identificação da Entidade

A “Santa Casa da Misericórdia da Guarda” com o Número de Identificação Fiscal n.º 500876550, é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de “Associação” com estatutos publicados no Diário da República da Série II, com sede em Rua Dr. Francisco dos Prazeres, n.º

7. Tem como atividade para que possa prosseguir os seguintes objetivos:

- No campo social exerce a sua ação através da prática das catorze obras de Misericórdia, tanto espirituais como corporais, interpretadas à luz da moderna Doutrina Social da Igreja e da cultura da solidariedade e no setor especificamente religioso, sob a invocação de Nossa Senhora da Misericórdia, que é a sua Padroeira, manterá o culto divino nas suas Igrejas e Capelas e exercerá as atividades que constarem no Compromisso e as mais que vierem a ser consideradas convenientes;
- A ação da Santa Casa visa, particularmente, assegurar aos cidadãos, e em especial aos mais desfavorecidos, a proteção na doença, na invalidez, na velhice, na viuvez, na juventude e na infância;
- No campo cultural, preserva, conserva e divulga o seu património monumental, artístico e documental;
- O âmbito da atividade social da Irmandade não se confina apenas ao campo da chamada segurança social e pode abranger, também, outros meios de fazer bem e, designadamente, os setores da saúde e da educação.

Não existem entidade mãe imediata nem entidade mãe final.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2025 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Setor Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) - Portaria n.º 220/2015 de 24 de julho;
- Código de Contas (CC) - Portaria n.º 218/2015 de 23 de julho;
- NCRF-ESNL - Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de março;
- Normas Interpretativas (NI).



As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF).

2.1 Indicação e justificação das disposições da normalização contabilística para as entidades do setor não lucrativo (ESNL) que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

Não existiram derrogações às disposições da NCRF-ESNL.

2.2 Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior:

Os pressupostos subjacentes, as características qualitativas e os critérios de mensuração adotados a 31-12-2025 são na sua generalidade comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras a 31-12-2024.

3 Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF):

3.1.1 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas "Devedores e credores por acréscimos" e "Diferimentos".



3.1.2 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.3 Consistência de apresentação:

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4 Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5 Compensação:

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6 Informação Comparativa:

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e



- Razão para a reclassificação.

3.1.7 Principais fontes de incerteza das estimativas:

As estimativas de valores futuros que se justificaram reconhecer nas demonstrações financeiras refletem a evolução previsível da Instituição no quadro do seu plano estratégico e as informações disponíveis face a acontecimentos passados, não sendo expectável a alteração significativa deste enquadramento a curto prazo e que possa por em causa a validade das estimativas utilizadas ou implicar um risco significativo de ajustamentos materialmente relevantes nas quantias escrituradas dos ativos e passivos no próximo período.

Poderão, contudo, ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram considerados nessas estimativas

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Ativos Intangíveis

Os “Ativos Intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

São registadas como gastos do período as “Despesas de investigação” incorridas com novos conhecimentos técnicos.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas sempre que a Entidade demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e dar início à sua comercialização ou utilização e para as quais seja provável gerar benefícios económicos futuros. Caso não sejam cumpridos estes critérios, são registados como gastos do período.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Projetos de Desenvolvimento	5
Programas de Computador	3
Propriedade industrial	5
Outros Ativos Intangíveis	5



O valor residual de um “Ativo Intangível” com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, exceto se:

- Houver um compromisso de um terceiro de comprar o ativo no final da sua vida útil, ou
- Houver um mercado ativo para este ativo, e
- Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.

3.2.2 Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

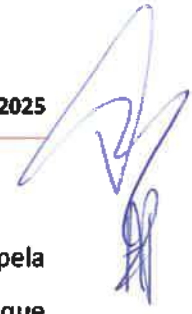
As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	0
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	6
Equipamento de transporte	5
Equipamento biológico	0
Equipamento administrativo	6
Outros Ativos fixos tangíveis	Entre 5 a 8

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativa, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.



As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Outros rendimentos operacionais” ou “Outros gastos operacionais”.

3.2.3 Bens do património histórico e cultural

Os “Bens do património histórico e cultural” encontram-se valorizados pelo seu custo histórico. Os bens que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade do dador.

O justo valor é aplicável aos bens, que inicialmente foram adquiridos a título oneroso, sejam contabilizados pela primeira vez e seja impossível estabelecer o seu custo histórico devido à perda desses dados. Esta mensuração também efetuada para os bens cujo valor de transação careça de relevância devido ao tempo transcorrido desde a sua aquisição ou devido às circunstâncias que a rodearam.

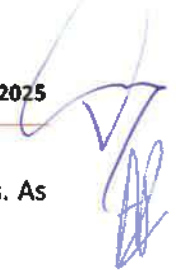
As aquisições gratuitas têm como contrapartida a conta “Variações nos fundos patrimoniais”.

As obras realizadas nestes bens só são consideradas como ativos se e somente se gerarem aumento da produtividade, de capacidade ou eficiência do bem ou ainda um acréscimo da sua vida útil. Sempre que estes acréscimos não se verifiquem, estas manutenções e reparações são registadas como gastos do período.

Os bens que são incorporados nas instalações ou elementos com uma vida útil diferente do resto do bem. Estes têm um tratamento contabilístico diferente do bem o qual são incorporados, estando registado numa conta com denominação adequada dentro do ativo. São exemplo destas incorporações: sistema de ar condicionado, iluminação, elevadores, sistemas de segurança, sistemas de anti-incêndio.

Visto não ser passível de se apreciar com o mínimo de segurança a vida útil concreta destes bens, estes não são depreciables. No entanto a entidade tem em conta a capacidade de gerarem benefícios económicos futuros e os meios técnicos necessários para a conservação e manutenção.

As incorporações a estes bens são depreciables, sendo calculadas assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de



produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada.

Deverá ser encetado um trabalho exaustivo do levantamento do património desta natureza, facto que permitirá o adequado reconhecimento do património nestas condições e que neste momento se encontra considerado em outros ativos fixos tangíveis.

3.2.4 Investimentos financeiros

Sempre que a Entidade tenha uma influência significativa, em empresas associadas, ou exerça o controlo nas decisões financeiras e operacionais, os “Investimentos Financeiros” são registados pelo Método da Equivalência Patrimonial (MEP). Geralmente traduz-se num investimento com uma representação entre 20% a 50% do capital de outra Entidade.

Pelo MEP as participações são registadas pelo custo de aquisição, havendo a necessidade de ajustar tendo em conta os resultados líquidos das empresas associadas ou participadas. Este ajuste é efetuado por contrapartida de gastos ou rendimentos do período e pelos dividendos recebidos, líquido de perdas por imparidade acumuladas.

Aquando da aquisição da participação pode-se verificar um Goodwill, isto é, o excesso do custo de aquisição face ao justo valor dos capitais próprios na percentagem detida, ou um Badwill (ou Negative Goodwill) quando a diferença seja negativa. O Goodwill encontra-se registado separadamente numa subconta própria do investimento, sendo necessário, na data de Balanço, efetuar uma avaliação dos investimentos financeiros quando existam indícios de imparidade. Havendo é realizada uma avaliação quanto à recuperabilidade do valor líquido do Goodwill, sendo reconhecida uma perda por imparidade se o valor deste exceder o seu valor recuperável. Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos ativos líquidos da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida diretamente em resultados do período. O ganho ou perda na alienação de uma Entidade inclui o valor contabilístico do Goodwill relativo a essa Entidade, exceto quando o negócio a que esse Goodwill está afeto se mantenha a gerar benefícios para a Entidade.

De acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro 12 – Imparidade de Ativos, o Goodwill não é amortizado, estando sujeito, como referido, a testes anuais de imparidade. Estas perdas por imparidade não são reversíveis.

3.2.5 Agricultura

Ativos biológicos e produto agrícola

Os ativos biológicos e o produto agrícola colhido dos ativos biológicos são valorizados como segue:



- **Ativos biológicos:**
 - No reconhecimento inicial à data do Balanço, pelo seu justo valor menos custos estimados no ponto de venda. Na impossibilidade de serem valorizados com fiabilidade pelo seu justo valor, os ativos biológicos são valorizados pelo seu custo menos qualquer depreciação acumulada e qualquer perda por imparidade acumulada.
- **Produto agrícola:**
 - Pelo seu justo valor menos custos estimados no ponto de venda no momento da colheita.
 - Os ganhos ou as perdas provenientes do reconhecimento inicial pelo justo valor menos os custos estimados no ponto de venda, ou de uma alteração de justo valor menos os custos estimados no ponto de venda, são incluídos no resultado líquido do exercício do período em que surja.

Subsídios governamentais relacionados com os ativos biológicos

- **Subsídios não condicionais:**
 - Devem ser reconhecidos como rendimento quando, e somente quando, os subsídios se tornem recebíveis.
- **Subsídios condicionais:**
 - Devem ser reconhecidos como rendimento quando, e somente quando, sejam satisfeitas as condições ligadas ao subsídio; porém, se o subsídio permitir que parte do mesmo seja retida com base na passagem do tempo, a entidade reconhecerá o subsídio como rendimento numa base proporcional ao tempo.

3.2.6 Inventários

Os “Inventários” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado. Aos Inventários que não sejam geralmente intermutáveis deve ser atribuído custos individuais através do uso de identificação específica.



Os Inventários que a Entidade detém, mas que se destinam a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados e não estão diretamente relacionados com a capacidade de ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

3.2.7 Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

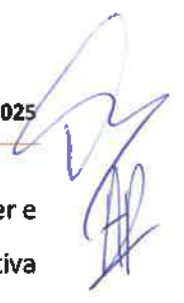
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Cientes e outras contas a Receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será



recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos Não Correntes.

Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-ESNL).

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica "Caixa e depósitos bancários" inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor. A eventual existência de descobertos bancários é incluída na rubrica "Financiamentos obtidos", expresso no passivo corrente.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em "Fornecedores" e "Outras contas a pagar" são contabilizadas pelo seu valor nominal, sendo o mesmo resultante das operações ocorridas entre as entidades. Os valores das dívidas a terceiros a pagar no curto prazo e no médio e longo prazo, encontram-se discriminadas no passivo corrente e não corrente, respetivamente.



3.2.8 Fundos Patrimoniais

A rubrica "Fundos" constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os "Fundos Patrimoniais" são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo; e
- Resultados transitados associados à exploração de anos anteriores.

3.2.9 Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

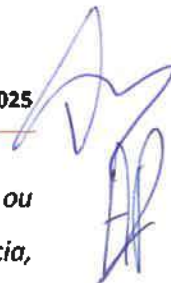
Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo englobando benefícios económicos não seja remota. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

3.2.10 Estado e Outros Entes Públicos

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

"a) As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;

b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;



c) As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

“A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

a) Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;

b) Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor -geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;

c) Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.”

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2001, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2021 a 2025 ainda poderão estar sujeitas a revisão. Contudo, não é expectável a existência de qualquer contingência associada à revisão de declarações relacionadas com o cumprimento de obrigações fiscais e parafiscais.

3.2.11 Passivos Contingentes e Compromissos Contratuais

Não aplicável.



3.2.12 Financiamentos obtidos

As dívidas a pagar relativas a financiamentos obtidos encontram-se reconhecidas pelo justo valor, sendo o mesmo resultante das operações ocorridas entre as entidades. Os valores a pagar de financiamentos obtidos no curto prazo e no médio e longo prazo, encontram-se discriminados no passivo corrente e não corrente, respetivamente.

3.2.13 Diferimentos

Foi adotado o princípio do acréscimo, tendo-se efetuado a imputação de gastos e rendimentos em função do seu período económico, independentemente da data do seu recebimento. As estimativas calculadas baseiam-se na informação mais recente e melhor explicitados na nota 16.5.

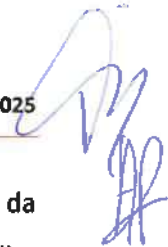
3.2.14 Número de Pessoas Cooperantes, Número de Voluntários e de Beneficiários

A Santa Casa da Misericórdia da Guarda tem 435 Irmãos e 611 utentes em média no ano de 2025 distribuídos da seguinte forma:

Valências	N.º médio de Utentes
Lar na Guarda	59
Lar na Vela	83
CATL - Centro de Atividades e Tempos Livres	34
Creche	34
Jardim	40
Conservatório de música São José da Guarda	325
Unidade de Cuidados Continuados	36
Média Total	611

Em 2024, a Santa Casa da Misericórdia da Guarda tinha 435 Irmãos e 597 utentes, distribuídos da seguinte forma:

Valências	N.º médio de Utentes
Centro de Dia da Guarda	8
Lar na Guarda	54
Lar na Vela	85
CATL - Centro de Atividades e Tempos Livres	38
Creche	35
Jardim	37
Conservatório de música São José da Guarda	304
Unidade de Cuidados Continuados	36
Média Total	597



Os Órgãos Sociais da Santa Casa da Misericórdia da Guarda são constituídos pela Mesa da Assembleia Geral com 6 membros, pela Mesa Administrativa com 10 membros e pelo Conselho Fiscal com 6 membros.

3.3 Principais pressupostos relativos ao futuro

A política económica da Santa Casa da Misericórdia da Guarda pretende manter quer a continuidade das operações bem como a manutenção das políticas e procedimentos existentes.

3.4 Principais fontes de incerteza das estimativas

As estimativas foram elaboradas com a melhor e mais recente informação disponível para o órgão de gestão, podendo vir a ser objeto de ajustamento em função de informação mais recente e mais fidedigna à data dos acontecimentos.

3.5 Alterações nas estimativas contabilísticas: indicação do efeito no período corrente e em períodos futuros:

Não aplicável;

3.6 Correção de erros de períodos anteriores: indicação da natureza do erro material e dos seus impactos nas demonstrações financeiras do período:

Não aplicável;

3.7 Alterações nas políticas contabilísticas: Indicação da natureza e efeitos da alteração na política contabilística e, no caso de aplicação voluntária, das razões pelas quais a aplicação da nova política contabilística proporciona informação fiável e mais relevante.

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

Contudo, importa salientar que, nos termos da Recomendação da Comissão de Normalização Contabilística sobre o registo das subvenções recebidas do Estado, em 2025, tal como em 2024, procedeu-se ao integral registo das situações que configuram “Prestações de serviços” na referida conta e não em “Subsídios”.



4 Fluxos de Caixa

O saldo da conta 1210 - Banco Português de Investimento, com o saldo de 11 756,90 euros, refere-se a valores de um utente à guarda da Instituição e que são utilizados para pagamento das mensalidades da utente, uma vez que o saldo resulta de depósitos da mesma. Em caso de falecimento do utente este montante será doado à instituição, sendo que, neste momento é utilizado para pagamento de mensalidades.

Descrição	2025	2024
Caixa	2 799,04	2 143,78
Caixa Administração	75,00	75,00
Caixa - Conservatório	0,00	0,00
Caixa - Creche e Jardim de Infância	1 224,04	568,78
Fundo de Caixa - Sede	0,00	0,00
Caixa - Farmácia	1 500,00	1 500,00
Depósitos a Ordem	356 862,21	82 297,84
Depósito a Prazo	0,00	180 000,00

5 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Os erros materiais que sejam identificados no período, são considerados na rubrica de resultados transitados conforme disposto na norma aplicável. Os principais factos identificados estão relacionados com erros ao nível das contas correntes que foram corrigidos no presente exercício e que traduzem situações verificadas em períodos anteriores.

Não se verificaram alterações em estimativas contabilísticas.

6 Ativos Fixos Tangíveis

6.1. Critérios de mensuração usados para determinar a quantia escriturada bruta:

Os ativos fixos tangíveis encontram-se mensurados pelo seu custo, o qual compreende o seu preço de compra e quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar os ativos na localização e condição necessárias para os mesmos serem capazes de funcionar da forma pretendida.

6.2. Métodos de depreciação usados:

As depreciações foram calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, tendo-se aplicado as taxas máximas e mínimas legalmente em vigor, tal como referenciado na nota 3.1 a.2).

6.3. Vidas úteis ou taxas de depreciação usadas:

Tal como em exercícios anteriores, foi considerado pelo Conselho de Administração que a vida útil dos ativos fixos tangíveis resultantes da aplicação das taxas máximas e mínimas indicadas, para os bens adquiridos até a entrada em vigor da (NCRF-ESNL - publicada pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011), aplicam-se as taxas definidas pelo (POCIPSS - aprovado pelo Decreto-Lei n.º 47/77, de 7 de Fevereiro), a todos os adquiridos após a entrada em vigor deste diploma aplica-se (Decreto-Regulamentar 25/2009 de 14 de setembro), reflete o período durante o qual a empresa espera que os diferentes grupos de ativos estejam disponíveis para uso. As vidas úteis e taxas de depreciação utilizadas constam de 3.1 a.2).

6.4. Bens do património histórico, artístico e cultural

No período de 2024, ocorreram os seguintes movimentos nos “Bens do património, histórico, artístico e cultural”:

Descrição	2024					
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo	0,00					0,00
Bens Imóveis	0,00					0,00
Arquivos	0,00					0,00
Bibliotecas	0,00					0,00
Museus	0,00					0,00
Bens móveis	0,00					0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Descrição	2024			
	Saldo Inicial	Abates	Diminuições	Saldo final
Custo				
Bens Imóveis				
Arquivos				
Bibliotecas				
Museus				
Bens móveis				
Total	0,00	0,00	0,00	0,00

No período de 2025, ocorreram os seguintes movimentos nos “Bens do património, histórico, artístico e cultural”:

Descrição	2025					
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo	0,00					0,00
Bens Imóveis	0,00					0,00
Arquivos	0,00					0,00
Bibliotecas	0,00					0,00
Museus	0,00					0,00
Bens móveis	0,00					0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Descrição	2025			
	Saldo Inicial	Abates	Diminuições	Saldo final
Custo				
Bens Imóveis				

Arquivos				
Bibliotecas				
Museus				
Bens móveis				
Total	0,00	0,00	0,00	0,00

Outros Ativos Fixos Tangíveis

6.5. Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período que mostre as adições, as revalorizações, as alienações, as depreciações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações:

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2024 e de 2025, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	2024					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates/ Alienações	Transferências	Revalorizações	
Custo						
Terrenos e recursos naturais	2 578,39	0,00				2 578,39
Edifícios e outras construções	5 345 256,28	90 355,20		3 887 272,42		9 322 883,90
Equipamento básico	1 363 050,14	57 368,97				1 420 419,11
Equipamento de transporte	414 779,21	64 460,82				479 240,03
Equipamento biológico	0,00	0,00				0,00
Equipamento administrativo	305 906,11	0,00				305 906,11
Outros Ativos fixos tangíveis	16 494,03	0,00				16 494,03
Total	7 448 064,16	212 184,99	0,00	3 887 272,42	0,00	11 547 521,57
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00				0,00
Edifícios e outras construções	2 446 337,16	0,00				2 626 759,58
Equipamento básico	942 952,88	102 071,84				1 045 024,72
Equipamento de transporte	290 594,39	24 759,14				315 353,53
Equipamento biológico	0,00	0,00				0,00
Equipamento administrativo	305 803,73	89,40				305 893,13
Outros Ativos fixos tangíveis	16 494,04	0,00				16 494,04
Total	4 002 182,20	307 342,80			0,00	4 309 525,00

No 2024 relativamente a perdas de imparidade registaram-se os seguintes movimentos no quadro que se segue:

	2024			
Descrição	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	Saldo final
Custo				
Terrenos e recursos naturais	0,00			0,00
Edifícios e outras construções	0,00			0,00
Equipamento básico	0,00			0,00
Equipamento de transporte	0,00			0,00
Equipamento biológico	0,00			0,00
Equipamento administrativo	0,00			0,00
Outros Ativos fixos tangíveis	0,00			0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00



Descrição	2025					
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates/Al ienações	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Terrenos e recursos naturais	2 578,39	0,00		0,00		2 578,39
Edifícios e outras construções	9 322 883,90	0,00		0,00		9 322 883,90
Equipamento básico	1 420 419,11	26 675,54		0,00		1 447 094,65
Equipamento de transporte	479 240,03	0,00		0,00		479 240,03
Equipamento biológico	0,00	0,00		0,00		0,00
Equipamento administrativo	305 906,11	0,00		0,00		305 906,11
Outros Ativos fixos tangíveis	16 494,03	0,00		0,00		16 494,04
Total	11 547 521,57	26 675,54	0,00	0,00	0,00	11 574 197,12
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00				0,00
Edifícios e outras construções	2 626 759,58	181 338,91				2 808 098,49
Equipamento básico	1 045 024,72	92 784,95				1 137 809,67
Equipamento de transporte	315 353,53	26 620,88				341 974,41
Equipamento biológico	0,00	0,00				0,00
Equipamento administrativo	305 893,13	12,99				305 906,12
Outros Ativos fixos tangíveis	16 494,04	0,00				16 494,04
Total	4 309 525,00	300 757,73	0,00	0,00	0,00	4 610 282,73

Importa referir que em 2025, os ativos fixos tangíveis em curso apresentam um saldo de 61.442,62€; repartidos da seguinte forma: 55.456,45€ relativos a obras na Igreja no montante de 15.989,10 €, ao qual acrescentem 39.467,35 € relativos a itens antigos de conciliação de património entre as aplicações de contabilidade e “Imobilizado”, seguidas de itens antigos de conciliação relativos a equipamento básico no montante de 5.986,17 €.

No 2025 não se registaram perdas por imparidade ao nível dos ativos Fixos Tangíveis.

Outras notas:

Em 2016 por alteração ao normativo contabilístico (NCRF-ESNL - pelo Decreto-lei n.º 98/2015), que deixou de prever a existência de propriedades de investimento, procedeu-se a sua transferência para ativos fixos tangíveis.

Não existem restrições de titularidade a ativos fixos tangíveis que sejam dados como garantia de passivos.

Não há compromissos contratuais de ativos fixos tangíveis.

Se os itens do ativo fixo tangível forem expressos por quantias revalorizadas, deve ser divulgado o seguinte:

- A data de eficácia da revalorização;
 - Não aplicável.

- Os métodos e pressupostos aplicados nessa revalorização;
 - Não aplicável.
- Movimentos ocorridos no excedente de revalorização durante o período, com uma explicação do tratamento fiscal dos elementos neles contidos; e
 - Não aplicável.
- A quantia escriturada no balanço que teria sido reconhecida se os ativos fixos tangíveis não tivessem sido revalorizados:
 - Não aplicável.

6.6. Divulgações sobre restrições, garantias e compromissos:

Não há restrições sobre ativos, nem qualquer garantia ou compromisso constituídos com os ativos fixos tangíveis da Instituição.

Contudo, importa divulgar o seguinte, fruto da contratação de um empréstimo pelo montante de 2.400.000,00 € junto do Banco Santander Totta, destinado à remodelação do Lar na Guarda:

- a) Constituição de hipoteca sobre o referido imóvel, dado como garantia real sobre o empréstimo (Prédio urbano na Rua Dr. Francisco prazeres – artigo 7489);
- b) Consignação voluntária dos rendimentos associados ao primeiro andar -artigo 2709 – Gulbenkian (edifício da UCC).

6.7. Existência de Itens do ativo fixo tangível expressos por quantias revalorizadas

Não há ativos expressos por quantias revalorizadas.

7 Ativos Intangíveis

7.1. Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período que mostre as adições, as revalorizações, as alienações, as amortizações, as perdas por imparidade e as suas reversões ou outras alterações:

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2024 e de 2025, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	2024					
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Goodwill	0,00					0,00
Projetos de Desenvolvimento	0,00					0,00
Programas de Computador	27 581,86	0,00				27 414,60

Propriedade Industrial	19 784,67					19 784,67
Outros Ativos intangíveis	0,00	0,00				0,00
Total	47 366,53	0,00	0,00	0,00	0,00	47 366,53
Depreciações acumuladas						
Goodwill	0,00					0,00
Projetos de Desenvolvimento	0,00					0,00
Programas de Computador	27 414,60					27 414,60
Propriedade Industrial	0,00					0,00
Outros Ativos intangíveis	0,00					0,00
Total	27 414,60	0,00	0,00	0,00	0,00	27 414,60

No 2024 relativamente a perdas de imparidade registaram-se os seguintes movimentos no quadro que se segue:

Descrição	2024			
	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	Saldo final
Perdas por Imparidade Acumuladas				
Goodwill	0,00			0,00
Projetos de Desenvolvimento	0,00			0,00
Programas de Computador	0,00			0,00
Propriedade Industrial	0,00			0,00
Outros Ativos intangíveis	0,00			0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00

Descrição	2025					
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Goodwill	0,00					0,00
Projetos de Desenvolvimento	0,00					0,00
Programas de Computador	27 581,86					27 581,86
Propriedade Industrial	19 784,67					19 784,67
Outros Ativos intangíveis	0,00	0,00				0,00
Total	47 366,53	0,00	0,00	0,00	0,00	47 366,53
Depreciações acumuladas						
Goodwill	0,00					0,00
Projetos de Desenvolvimento	0,00					0,00
Programas de Computador	27 414,60					27 414,60
Propriedade Industrial	0,00					0,00
Outros Ativos intangíveis	0,00					0,00
Total	27 414,60	0,00	0,00	0,00	0,00	27 414,60

No 2025 relativamente a perdas de imparidade registaram-se os seguintes movimentos no quadro que se segue:

Descrição	2025			
	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	Saldo final
Perdas por Imparidade Acumuladas				
Goodwill	0,00			0,00
Projetos de Desenvolvimento	0,00			0,00
Programas de Computador	0,00			0,00
Propriedade Industrial	0,00			0,00



Outros Ativos Intangíveis	0,00			0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00

7.2. Se as vidas úteis são indefinidas ou finitas, os métodos e as correspondentes taxas de amortização usadas, bem como as razões que apoiam a avaliação de uma vida útil indefinida:

- o Os ativos intangíveis registados pela Instituição correspondem a aquisições ao exterior e são satisfeitos por programas de computador e licenças de utilização das instalações. Pelo efeito, todos os ativos apresentam vidas úteis definidas, sendo a sua amortização calculada com base nos critérios fiscais em vigor, para os bens adquiridos até a entrada em vigor da (NCRF-ESNL - publicada pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011), aplicam-se as taxas definidas pelo (POCIPSS - aprovado pelo Decreto-Lei n.º 47/77, de 7 de Fevereiro), a todos os adquiridos após a entrada em vigor deste diploma aplica-se (Decreto-Regulamentar 25/2009 de 14 de setembro).
- o Importa ainda referir a existência de direitos de Autor reportados às monografias, não objeto de qualquer amortização, até porque se entende, que a realização de um trabalho igual à data destas DF's teria um encargo superior aos registado para a Instituição.

7.3. Explicação das situações excecionais em que se justifique a não utilização do prazo máximo de 10 anos para a amortização dos ativos intangíveis com vidas úteis indefinidas:
Não aplicável.

7.4. Divulgações sobre restrições, garantias e compromissos

Não há restrições sobre ativos, nem qualquer garantia ou compromisso constituídos com os ativos fixos tangíveis da Instituição.

8 Custos de Empréstimos Obtidos

Os custos de empréstimos obtidos somam 59.718,04 €, e estão devidamente refletidos na Demonstração de Resultados.

Os juros registados correspondem aos juros incorridos no exercício, incluindo o efeito da periodização económica, tendo-se imputado ao ano de 2025 os juros respeitantes ao mês de dezembro, mas só pagos em janeiro de 2026.

9 Agricultura

Não aplicável.

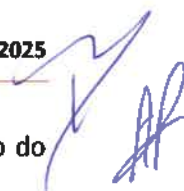
10 Inventários

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Descrição	2024				2025		
	Inventário inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final
Mercadorias	55 767,39	506 850,38	0,00	61 497,94	0,00	0,00	67 688,68
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	77 415,04	576280,18	0,00	79 500,85	0,00	0,00	94 476,91
Produtos acabados e intermédios	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Produtos e trabalhos em curso	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Ativos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	133 182,43	1 083 130,36	0,00	140 998,79	0,00	0,00	162 165,59
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	1 021 307,79			1 075 314,20			1 075 314,20
Mercadorias	499 130,08			501 119,83			501 119,83
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	522 177,71			574 194,37			574 194,37
Ativo biológicos	0,00			0,00			0,00
Variações nos inventários da produção	0,00			0,00			0,00

De referir que os valores da rubrica "Matérias-primas, subsidiárias e de consumo" se desdobram da seguinte forma:

Rubricas	2025	2024
Matérias-primas		
Gêneros Alimentares	16 608,76	8 169,17
Matérias Subsidiárias		
Material Clínico	38 660,66	44 056,88
Material Hoteleiro	29 905,44	12 210,38
Materiais de Consumo - Medicamentos	9 302,05	15 064,42
Embalagens	0,00	0,00
Matérias em Transito	0,00	0,00
Total	94 476,91	79 500,85



No período não foi registado um ajustamento de inventários reconhecido como um gasto do período e não existe nenhuma importância desta natureza reconhecida.

Não existem inventários dados como penhor de garantia a passivos.

Políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários e fórmula de custeio usada:

As matérias-primas, subsidiárias e de consumo e os produtos acabados encontram-se valorizadas ao preço de custo, o qual é inferior ao valor realizável líquido. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento.

O sistema de custeio utilizado para a valorizar os inventários das mercadorias e das matérias-primas, subsidiárias e de consumo a 31-12-2025 é o custo médio ponderado.

Quantia de qualquer ajustamento de inventários reconhecida como um gasto do período, bem como de qualquer reversão de ajustamento que tenha sido reconhecida como uma redução na quantia de inventários reconhecida como gasto do período e circunstâncias ou acontecimentos que conduziram a tal reversão.

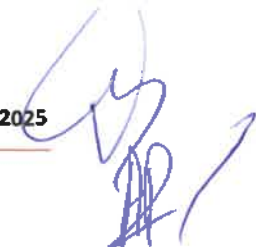
Não existiu qualquer ajustamento aos inventários do período. Nem foram registadas quaisquer perdas por imparidade no período que reporta ao período de 31-12-2025.

11 Rédito

O rédito e restantes rendimentos são reconhecidos no exercício a que dizem respeito, independentemente da data do seu recebimento. O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando a Instituição transfere para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens e quando for provável que os benefícios económicos associados à transação fluam para a entidade. No que se refere à prestação de serviços, o reconhecimento do rédito ocorre pelo processamento das mensalidades que se referem aos serviços prestados a utentes. Porém, quando surja uma incerteza acerca da cobrabilidade de uma quantia já incluída no rédito, a quantia incobrável, ou a quantia com respeito à qual a recuperação tenha cessado, é reconhecida como um gasto, e não como um ajustamento da quantia de rédito originalmente reconhecido.

Para os períodos de 2025 e 2024 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2025	2024
Vendas	735 957,48	666 355,00
Prestação de Serviços	4 710 225,32	4 129 012,91
Quotas de utilizadores	1 602 837,67	1 435 412,81



Quotas e joias	10 134,30	11 417,72
Promoções para captação de recursos	0,00	0,00
Rendimentos de patrocinadores e colaborações	0,00	0,00
Serviços Secundários	0,00	0,00
Subsídios, doações e legados à exploração	47 701,62	47 194,34
Reversões	0,00	0,00
Ganhos por aumentos de justo valor	0,00	0,00
Outros Rendimentos	218 474,56	239 777,92
Juros	1 321,62	144,19
Royalties	0,00	0,00
Outros Rendimentos Similares	489,17	167,52
Total	5 712 358,88	5 082 322,47

Quantia e natureza de elementos isolados de rendimentos ou dos gastos cuja dimensão ou incidência sejam excecionais.

Não aplicável.

12 Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Provisões

Nos períodos de 2024 e 2025, ocorreram as seguintes variações relativas a provisões:

Descrição	Saldo inicial (2024)	Aumentos	Diminuições	Saldo Final (2025)
Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00
Garantias a clientes	0,00	0,00	0,00	0,00
Processos judiciais em curso	5 264,42	38 346,00	5 264,42	38 346,00
Acidentes de trabalho e doenças profissionais	0,00	0,00	0,00	0,00
Matérias ambientais	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratos onerosos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reestruturação	0,00	0,00	0,00	0,00
Provisões específicas do setor	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras provisões	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	5 264,42	38 346,00	5 264,42	38 346,00

As quantias reconhecidas como provisão quando relevadas, representam a melhor estimativa do dispêndio exigido para liquidar as obrigações presentes à data do Balanço. Não existem situações que alterem materialmente o valor presente dos dispêndios que se espera que sejam necessários para liquidar a obrigação.

O valor registado em Provisões para processos judiciais corresponde á melhor estimativa face a processos em curso com trabalhadores relativos a retificações salariais sobre os quais se espera que exista um dispêndio da Instituição.

Passivos contingentes

Não aplicável.

Ativos contingentes

Não aplicável.

Fundos permanentes por modalidade associativa das Mutualidades e do património líquido

Não aplicável.

13 Subsídios do Governo e apoios do Governo

Os subsídios ao investimento do Governo encontram-se apresentados no balanço como componente dos fundos patrimoniais, sendo imputados aos rendimentos do exercício na proporção das amortizações efetuadas, em cada período, conforme mapa anexo.

A 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de “Subsídios do Governo” e “Apoios do Governo”:

Descrição	2024			
	Saldo Inicial	Aumentos	Utilização	Saldo Final
Subsídios do Governo				
POEFDS - Saude XXI	190 472,88		-11 474,98	178 997,90
IFADAP - Pro Raia	0,00		0,00	0,00
Fundo de Socorro Social	82677,51		-1 941,56	80 735,95
Total	273 150,39	0,00	-13 416,54	259 733,85
Apoios do Governo				
Programa PARES 3.0	2 383 114,00	0,00	- 71 151,15	2 311 962,85
Total	2 383 114,00	0,00	-71 151,15	2 311 962,85
Outros				
Doações	229 094,91			229 094,91
Fundação Montepio Geral	0,00	0,00	0,00	0,00
Iniciação profissional e prática Ensino Supervisonal	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	229 094,91		0,00	0,00
Total	2 885 359,30	0,00	-84 567,69	2 800 791,61€

Descrição	2025			
	Saldo Inicial	Aumentos	Utilização	Saldo Final
Subsídios do Governo				
POEFDS - Saúde XXI	178 997,90		-5 686,47	173 311,43
Fundo de Socorro Social	80 735,95		0,00	80 735,95
Total	259 733,85	0,00	-5 686,47	254 047,38
Apoios do Governo				
Programa PARES 3.0	2 311 962,85	0,00	145 437,38	2 166 525,47
Total	2 311 962,85	0,00	145 437,38	2 166 525,47
Outros				
Doações	229 094,91			229 094,91
Fundação Montepio Geral	0,00	0,00	0,00	0,00
Iniciação profissional e prática Ensino Supervisonal	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	229 094,91		0,00	0,00
Total	2 800 791,61 €	0,00	- 76 837,61	2 649 667,76 €



Descrição	2025	2024
Donativos		
Donativos por Obrigação Judicial	0,00	0,00
Em numerário	0,00	0,00
Em espécie	0,00	0,00
Total	0,00	0,00

No exercício de 2025 não foram atribuídos donativos a esta instituição.

Ao nível do capital próprio, as doações registadas são as mesmas que as verificadas em períodos anteriores, a saber:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Utilização	Saldo Final
Doações				
Philips Portuguesa	448,92			448,92
Carlota Zulmira Vitorino	2 225,36			2 225,36
CRSS Centro	2 819,02			2 819,02
José F. Martins	22 466,47			22 466,47
Adriano Vasco Rodrigues	19 951,92			19 951,92
Grupo Vitalino, SA	339,00			339,00
Maria Jose Almeida Flor de Carvalho	179 630,24	0,00		179 630,24
Outros	1 213,98			1 213,98
Total	229 094,91	0,00	0,00	229 094,91

Benefícios sem valor atribuído, materialmente relevantes, obtidos de terceiras entidades.

Não aplicável

Principais doadores/fonte de fundos

Não aplicável

14 Benefícios dos empregados

Os benefícios dos empregados de curto prazo incluem os salários, ordenado, eventuais retribuições por trabalho extraordinário, subsídio de férias, subsídio de natal e abonos para falhas. Encontram-se ainda incluídas as quotizações para a Segurança Social e o seguro de acidentes de trabalho.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas nos gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue pelo seu pagamento.

Tendo por base a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, uma vez que este é coincidente com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada

ano, sendo pago durante o período seguinte, pelo que os correspondentes gastos encontram-se reconhecidos como um benefício de curto prazo.

A eventual existência de rescisões de contratos de trabalho por decisão da Instituição ou por mútuo acordo, são reconhecidas como gastos do período em que ocorrem.

Os membros da Mesa Administrativa da Entidade não auferem qualquer remuneração.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2025 foi de 189 e em 31/12/2024 foi de 185.

O Membros dos Órgãos Sociais em vigor são os mesmos desde 2025, a saber:

Mesa Administrativa: 7 Membros efetivos e 3 suplentes

Conselho Fiscal: 3 membros efetivos e 3 suplentes

Assembleia Geral: 3 membros efetivos e 3 suplentes

Não existem compromissos em matéria de pensões ou análogos.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2025	2024
Remunerações aos Órgãos Sociais	0,00	0,00
Remunerações ao pessoal	2 997 552,34	2 659 696,77
Benefícios Pós-Emprego	0,00	0,00
Indemnizações	5 979,58	543,66
Encargos sobre as Remunerações	605 778,47	526 190,51
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	39 524,74	32 498,76
Gastos de Ação Social	0,00	0,00
Outros Gastos com o Pessoal	624,40	1 603,86
Total	3 649 459,53	3 220 533,56

Compromissos existentes em matéria de pensões.

Não aplicável

Membros dos órgãos de administração, de direção ou de supervisão:

8. Quantias dos adiantamentos e dos créditos concedidos, taxas de juro, principais condições e quantias reembolsadas, amortizadas ou objeto de renúncia;
 - Não aplicável.
9. Compromissos assumidos em seu nome a título de garantias de qualquer natureza, e quantia global para cada categoria; e
 - Não aplicável.

10. Remunerações dos órgãos de administração, de direção ou de supervisão.

Não aplicável.

15 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

16 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

16.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2025 e 2024, a Entidade detinha os seguintes “Investimentos Financeiros”, registados de acordo com o Método da Equivalência Patrimonial ou ao custo:

Descrição	2025	2024
Investimentos em subsidiárias	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos em associadas	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Empréstimos Concedidos	0,00	0,00
Investimentos em entidades conjuntamente controladas	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos noutras empresas	174 948,47	175 277,47
Outros investimentos financeiros	18 878,88	18 865,28
Perdas por Imparidade Acumuladas	- 167 574,58	-165 386,58
Total	26 252,77	28 756,17

16.2 Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

A 31 de dezembro de 2025 e 2024, apresentava os seguintes saldos:

Descrição	2025	2024
Ativo		
Fundadores/associados/membros - em curso	0,00	0,00
Doadores - em curso	0,00	0,00
Patrocinadores	0,00	0,00
Quotas	64 361,00	61 349,00
Financiamentos concedidos - Fundador/doador	0,00	0,00
Outras operações	0,00	0,00
Perdas por imparidade	-44 727,50	-44 727,50

Total	19 633,50	16 621,50
Passivo		
Fundadores/associados/membros - em curso	0,00	0,00
Financiamentos obtidos - Fundador/doador	0,00	0,00
Resultados disponíveis	0,00	0,00
Outras operações	0,00	0,00
Total	0,00	0,00

16.3 Clientes e Utentes

Para os períodos de 2025 e 2024 a rubrica “Clientes” encontra-se desagregada da seguinte forma:

Os ativos financeiros da empresa, constituídos por dívidas de clientes e outras contas a receber estão mensurados ao custo menos qualquer perda de imparidade acumulada.

Descrição	2025	2024
Clientes e Utentes c/c		
Clientes	26 719,30	13 920,95
Utentes	79 091,82	65 103,10
Total	105 811,12	79 024,05
Clientes e Utentes títulos a receber		
Clientes	0,00	0,00
Utentes	0,00	0,00
Clientes e Utentes factoring		
Clientes		
Utentes		
Clientes e Utentes cobrança duvidosa		
Clientes	14.270,42	14.270,42
Utentes	83 346,15	82.919,67
Total	97.616,57	97.190,09

Nos períodos de 2025 e 2024 foram registadas as seguintes “Perdas por Imparidade”:

	2024			2025	
Saldo Final	Saldo Inicial	Reforço/diminuição	Saldo Final	Reforço/diminuição	Saldo Final
Clientes	14 270,42	0,00	14 270,42	0,00	14 270,42
Utentes	78 408,03	4 511,64	82 919,67	15 264,55	83 346,15
Total	92 678,45	4 511,64	97 190,09	15 264,55	97 616,57

16.4 Outras contas a receber

A rubrica “Outras contas a receber” tinha, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a seguinte decomposição, registadas ao custo:

Descrição	2025	2024
Remunerações a pagar ao pessoal	0,00	166,02
Adiantamentos ao pessoal	0,00	0,00
Fornecedores c/c	2 914,77	308,77
Adiantamentos a Fornecedores c/c	763,84	16 331,12
Adiantamentos a Fornecedores de Investimentos	0,00	0,00
Devedores por acréscimos de rendimentos	130 328,05	125 960,45
Outras operações	0,00	0,00
Outros Devedores	508 826,58	812 022,00
Perdas por Imparidade	0,00	0,00
Total	642 833,24	954 788,36

Relativamente ao valor de "outros devedores" as principais entidades devedoras são as seguintes:

Entidade	2025	2024
Administração Regional de Saúde do Centro	51 853,02	114 368,95
Administração Central do Sistema de Saúde, I.P.	103 736,26	32 703,84
IEFP - Instituto de Emprego e Formação Profissional	3 442,37	11 968,88
Programa Pares 3.0	0,00	334 793,81
Outras entidades	349 794,93	546 924,42
Total	508 826,58	812 022,00

16.5 Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a rubrica "Diferimentos" englobava os seguintes saldos:

Descrição	2025	2024
Gastos a Reconhecer		
Seguros		
Outros	10 797,75	4.213,09
Total	10 797,75	4.213,09
Rendimentos a Reconhecer		
Rendas	300,00	300,00
Subsídios à Exploração	385 321,52	364 668,16
Outros Subsídios à Exploração)	0,00	0,00
Total	385 621,52	364 968,16

16.6 Outros Ativos Financeiros

Não aplicável.

16.7 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de dezembro de 2025 e 2024, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2025	2024
Caixa	2 799,04	2 143,78
Depósitos à ordem	356 862,21	82 297,84
Depósitos a prazo	0,00	180 000,00
Outros		
Total	359 661,25	264 441,62

16.8 Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	5 290 114,00	0,00	0,00	5 290 114,00
Excedentes técnicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultados transitados	- 1 984 051,21	0,00	490 139,58	- 2 474 190,79
Excedentes de revalorização	0,00	0,00	0,00	0,00
Ajustamentos em ativos financeiros - MEP	0,00	0,00	0,00	0,00
Lucros não atribuídos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras variações nos fundos patrimoniais	2 800 791,61	0,00	151 123,85	2 649 667,76
Resultado líquido do período	-490 080,08	490 080,08	287 800,13	-287 800,13
Total	5 616 774,32	490 080,08	929 063,56	5 177 790,84

Nos Resultados Transitados, as alterações no valor de 490.080,08 Euros estão relacionadas com a aprovação de contas de 2024, isto é, como são um prejuízo, aumentam os Resultados líquidos naquele montante (de modo que o saldo fique nulo e acolha apenas e só o resultado de 2025) e são transferidos (como diminuição) para os resultados transitados. O valor remanescente (59,5) correspondem ao registo de um gasto relacionados com o pessoal).

Descrição	Valor
Transferência do Resultado Líquido Ano anterior	490 139,58
Outras variações de resultados transitados	0,00
Total	490 139,58

16.9 Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Fornecedores c/c	354 821,12	317 360,90
Fornecedores títulos a pagar	0,00	0,00
Fornecedores faturas em receção e conferência	0,00	0,00
Total	354 821,12	317 360,90

16.10 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Ativo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	20 233,96	20 750,13
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	0,00	0,00
Outros Impostos e Taxas	0,00	0,00
Total	20 233,96	20 750,13
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	14 544,57	7 193,25
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	23 865,52	22 550,00
Segurança Social	135 830,07	116 112,79
Caixa Geral de Aposentações	3 977,52	3 935,51
Outros Impostos e Taxas	0,00	0,00
Total	178 217,68	149 791,55

16.11 Outras Contas a Pagar

A rubrica "Outras contas a pagar" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2025		2024	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal				
Remunerações a pagar		3 811,21		7 917,96
Cauções		0,00		0,00
Outras operações		0,00		0,00



Perdas por imparidade acumuladas		0,00		0,00
Clientes e Utentes c/c		4 555,48		5 321,44
Adiantamentos de Clientes e Utentes		35,50		35,50
Fornecedores de Investimentos		18 710,27		280,94
Credores por acréscimo de gastos		488 470,02		456 558,72
Outros credores		14 329,77		4 813,15
Perdas por imparidade acumuladas		14 838,07		0,00
Clientes e Utentes de cobrança duvidosa		0,00		0,00
Associados cobrança duvidosa		0,00		0,00
Outras contas a pagar		0,00		0,00
Total	0,00	544 750,32	0,00	474 927,71

O saldo da conta remunerações a pagar resulta de quantias que efetivamente eram devidos aos funcionários a regularizar em 2026.

O saldo da conta Fornecedores de investimentos de 18 710,27 euros subdivide-se em:

Fornecedor	2025	2024	Observações
Ortogil	215,94	0,00	
Finiclasse 2000	0,00	255,94	
Ortoegi	473,70	0,00	
Orlando Portinha, Unipessoal, Lda	256,43	0,00	
António Quelhas Unipessoal, Lda	12 177,00	0,00	
Não identificado	25,00	25,00	
Galbilec	0,00	0,00	
Augusto Costa Nunes, Unipessoal Lda	0,00	0,00	
António Saraiva & Filhos	5 562,20	0,00	
EFS – Engenharia e fiscalização	0,00	0,00	
Promeicentro	0,00	0,00	
Total	18 710,27	280,94	

16.12 Outros Passivos Financeiros

Não aplicável.

16.13 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2025 e 2024, os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

Descrição	2025	2024
Subsídios do Estado e outros entes públicos	47 701,62	46 194,34
Subsídios de outras entidades	0,00	0,00
Doações e heranças	0,00	1 000,00
Legados	0,00	0,00
Total	47 701,62	47 194,34

Sobre estas rubricas importa informar que, até 31 de dezembro de 2022, era entendimento geral que todas as subvenções recebidas por parte do Estado eram registados como “Subsídios”, destinando-se a dotar a Instituição de uma contrapartida do custo assumido.

Contudo, em 2023, por imposição da Comissão de Normalização Contabilística, foi entendido que as subvenções obtidas da Segurança Social e outros organismos do Estado que não se

destinam a subsidiar a atividade, mas a custear o serviço prestado, devem ser registadas na conta “72 – Prestações de Serviços” e não na conta “75 – Subsídios à Exploração”. Nesta sequência, todos os apoios obtidos da Segurança Social, com exceção daqueles que visam efetivam ente subsidiar a atividade, foram objeto da respetiva reclassificação contabilística.

16.14 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, foi a seguinte:

Descrição	2025	2024
Subcontratos	0,00	0,00
Serviços especializados	284 713,03	261 450,61
Materiais	25 865,03	29 114,96
Energia e fluidos	412 356,47	427 128,88
Deslocações, estadas e transportes	13 579,82	8 841,12
Serviços diversos	78 330,27	107 185,15
Encargos de Saúde com os utentes	5 407,11	3 505,12
Publicações	0,00	0,00
Total	820 251,73	837 225,84

16.15 Outros rendimentos

A rubrica de “Outros rendimentos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Rendimentos Suplementares	25 866,05	49 862,27
Descontos de pronto pagamento obtidos	2 919,40	1 488,13
Recuperação de dívidas a receber	0,00	0,00
Ganhos em inventários	50,00	0,00
Rendimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Rendimentos nos restantes ativos financeiros	5,00	2,85
Rendimentos em investimentos não financeiros	104 591,08	100 988,26
Outros rendimentos	85 043,03	87 436,41
Total	218 474,56	239 777,92

16.16 Outros gastos

A rubrica de “Outros gastos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Impostos	0,00	1 644,16
Descontos de pronto pagamento concedidos	0,00	0,00
Incobráveis	0,00	0,00
Perdas em inventários	0,00	0,00
Gastos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Gastos nos restantes investimentos financeiros	0,00	0,00
Gastos em investimentos não financeiros	0,00	0,00
Outros Gastos	25 232,90	17 789,72
Total	25 232,90	19 433,88

16.17 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2025 e 2024 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2025	2024
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	0,00	0,00
Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00	0,00
Outros gastos e perdas de financiamento	59 836,65	103 105,87
Total	59 836,65	103 105,87
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	1 321,62	144,19
Dividendos obtidos	0,00	0,00
Outros Rendimentos similares	489,17	167,52
Total	1 810,79	311,71
Resultados Financeiros	- 58 025,86	- 102 794,16

16.18 Instrumentos financeiros mensurados ao justo valor

11. Cotação de mercado (instrumentos negociados em mercado líquido e regulamentado);

- Não aplicável.

12. Principais pressupostos subjacentes aos modelos e técnicas de avaliação geralmente aceites, utilizados para a mensuração dos instrumentos financeiros relativamente aos quais não é facilmente identificável um mercado líquido e regulamentado;

- Não aplicável.

13. Justo valor, alterações no justo valor inscritas diretamente na demonstração de resultados e alterações de justo valor inscritas no capital próprio, para cada categoria de instrumentos financeiros; e

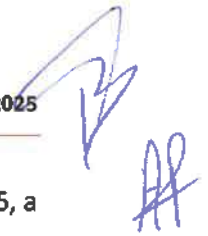
- Não aplicável.

14. Volume e natureza de cada categoria de instrumentos financeiros derivados, principais modalidades, e condições que possam afetar o montante, o calendário e o grau de certeza dos fluxos de caixa futuros.

14.2. Não aplicável.

16.19 Quantia escriturada de ativos financeiros dados em garantia, penhor ou promessa de penhor e termos e condições relativos à garantia, penhor ou promessa de penhor.

Fruto da contratação de um empréstimo pelo montante de 2.400.000,00 € junto do Banco Santander Totta, destinado à remodelação do Lar na Guarda, foi constituída hipoteca sobre o referido imóvel, dado como garantia real sobre o empréstimo (Prédio urbano na Rua Dr.



Francisco prazeres – artigo 7489), cuja quantia escriturada do ativo ascende, em 31-12-2025, a 8.806.879,54 € (3.928.171,46 € de ativo bruto deduzido de 157.126,84 € de depreciações acumuladas).

16.20 Dívidas da entidade reconhecidas à data do balanço:

a) Quantia das dívidas com duração residual superior a cinco anos; e

O valor da dívida acima de 5 anos sobre o financiamento obtido é de 685.701,10 €.

b) Quantia de todas as dívidas cobertas por garantias reais prestadas pela entidade, e indicação da natureza e da forma dessas garantias.

O empréstimo no montante de 2.400.000,00 € junto do Banco Santander Totta, destinado à remodelação do Lar na Guarda, foi constituída hipoteca sobre o referido imóvel, dado como garantia real sobre o empréstimo (Prédio urbano na Rua Dr. Francisco prazeres – artigo 7489). Foi ainda efetuada a consignação voluntária dos rendimentos associados ao primeiro andar -artigo 2709 – Gulbenkian (edifício da UCC).

16.21 Ajustamentos de valor reconhecidos no período para cada natureza de instrumentos financeiros não mensurados ao justo valor.

Não aplicável;

16.22 Dívidas à entidade reconhecidas à data do balanço e cuja duração residual seja superior a um ano:

Créditos resultantes de vendas e de prestações de serviços;

- Não aplicável;

Créditos sobre entidades subsidiárias e associadas;

- Não aplicável;

Outros créditos;

- Não aplicável;

Capital subscrito e não realizado;

- Não aplicável;

Diferimentos.

Não aplicável;

16.23 Dívidas da entidade reconhecidas à data do balanço e cuja duração residual seja superior a um ano:

Empréstimos por obrigações;

- Não aplicável;

Dívidas a instituições de crédito;

- A entidade apresenta a 31/12/2025 um passivo financeiro de 1.542 824,50 € ao banco Santander, resultante do Instrumento Financeiro para a reabilitação e Revitalização Urbana, doravante designada de “IFRRU” 2020.

Adiantamentos recebidos sobre encomendas;

- Não aplicável;

Dívidas por compras e prestações de serviço;

- Não aplicável;

Dívidas representadas por letras e outros títulos a pagar;

- Não aplicável;

Dívidas a entidades subsidiárias e associadas;

- Não aplicável;

Outras dívidas;

- Não aplicável;

Diferimentos.

Não aplicável;

16.24 Operações contratadas pela entidade com partes relacionadas:

Quantias dessas operações e natureza da relação com a parte relacionada; e

- Não aplicável.

Outras informações sobre as operações necessárias para apreciar a posição financeira da entidade (divulgação limitada às operações contratadas com fundadores/patrocinadores/doadores/associados/membros e com membros dos órgãos de administração, de direção ou de supervisão da entidade).

Não aplicável.

17 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2025.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Importa, contudo, mas sem qualquer efeito nas presentes demonstrações financeiras, considerar os efeitos da Guerra no Médio Oriente com impacto direto no preço dos combustíveis, situação que tem efeito em cadeia nos diversos fornecimentos da instituição, desde a alimentação aos gastos com energia, situação que irá impactar os resultados de exploração da Instituição do ano de 2026.

18 Outras divulgações

A entidade não tem partes relacionadas.

Guarda, 11 de março de 2025

O Contabilista Certificado



O Provedor

